

Millennium **#24** Junho 2025 AGRO NEWS

Em análise

O regadio na agricultura portuguesa

"Água que Une" – Estratégia Nacional para a Gestão da Água

Opinião

Reconhecimento da importância do regadio moderno na economia nacional – DGADR

O regadio em Portugal: Desafios e Oportunidades para a sua sustentabilidade – APA

Temos de gastar mais água! – EDIA

De necessidade a imperativo estratégico para a resiliência nacional – FENAREG

Dossiê Ovibeja

2025: Uma Ovibeja multifacetada no Banco Oficial do melhor que se faz na agricultura

Ovibeja: Muito mais do que "Todo o Alentejo deste mundo"

Abolsamia e Millennium bcp promovem mesa-redonda dedicada à aquisição de máquinas agrícolas

Notícias

Faça a Simulação do seu apoio no Millennium Antecipe as AJUDAS do Pedido Único (PU 2025)

Editorial

Foco no que
é estratégico

Em análise

O regadio na agricultura
portuguesa

01.

Os grandes números do regadio
em Portugal continental

02.

Composição da superfície irrigável
de Portugal continental

03.

Comparação entre áreas regadas e de
sequeiro nas diversas culturas agrícolas

04.

Caracterização dos regadios públicos
e privados em Portugal continental

05.

Evolução dos volumes de água destinados
à agricultura e eficiência de utilização

06.

Importância do regadio para as explorações
agrícolas de Portugal continental

07.

Importância económica do regadio para
as explorações e agricultura portuguesa

08.

Resposta aos desafios hídricos
e agrícolas em Portugal

09.

Conclusões

Opinião

Reconhecimento da
importância do regadio
moderno na economia
nacional

Rogério Ferreira
(Diretor Geral da DGADR)

O regadio em Portugal:
Desafios e Oportunidades
para a sua sustentabilidade

José Pimenta Machado
(Presidente do Conselho Diretivo
da APA)

Temos de gastar
mais água!

José Pedro Salema
(Presidente da EDIA)

De necessidade a
imperativo estratégico
para a resiliência nacional

José Nuncio
(Presidente da FENAREG)

Notícias

Dossiê Ovibeja

2025: Uma Ovibeja multifacetada
no Banco Oficial do melhor que
se faz na agricultura

Ovibeja: Muito mais do que
“Todo o Alentejo deste mundo”

Abolsamia e Millennium bcp
promovem mesa-redonda dedicada
à aquisição de máquinas agrícolas

Faça a Simulação do seu
apoio no Millennium –

Antecipe as AJUDAS
do Pedido Único (PU 2025)

Foco no que é estratégico!



O recente acordo entre Portugal e Espanha para o regime de caudais dos rios Tejo e Guadiana na Convenção de Albufeira, com a Estratégia Nacional para a Gestão da Água, “Água que Une”, e a Estratégia Nacional para o Regadio constituem a tentativa nacional para responder à escassez de água, proteger ecossistemas e garantir a resiliência hídrica.

O tema é tão incontornável que nos permitiu decidir, com muita antecedência, que a Agro News #24 tinha de ser consagrada a este dossiê.

As razões mais próximas prendem-se com o objetivo do Governo de elaborar uma nova estratégia para a gestão da água, tendo, para tal, criado, há cerca de um ano, um Grupo de Trabalho multidisciplinar composto pelas entidades: Águas de Portugal, Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA).

Publicadas já as várias propostas, e com o objetivo de dotar o empresário e o investidor com informação mais concreta, pedimos à AGROGES, para esta edição, a elaboração de um exame integrado sobre esta prioridade

estratégica, dando proeminência ao regadio em Portugal, com especial foco na sua evolução, distribuição regional, origem e tipologias.

Para reforçar a interpretação desta agenda, e com um agradecimento reconhecido aos autores, pedimos a contribuição a três dos quatro escultores da Estratégia, designadamente Rogério Ferreira (pela DGADR), José Pimenta Machado (APA), José Pedro Salema (EDIA) aos quais, juntámos, como tinha necessariamente de ser, a perspetiva dos principais consumidores, pela opinião de José Nuncio (FENAREG). A sua leitura constitui um privilégio!

Ultrapassado o período eleitoral que, de alguma forma, suspendeu estes trabalhos, é agora fundamental que o novo Governo possa retomar a estratégia sob o lema “Água que Une”, na prossecução de um compromisso nacional para garantir uma gestão mais eficiente, resiliente e conhecedora deste recurso, preparando Portugal para enfrentar as alterações climáticas, conjugando os interesses e as necessidades da agricultura, do ambiente e das pessoas.

Depois de um primeiro trimestre cheio de notícias, e às vezes com contra-notícias quase à razão diária, este último trimestre aparentou oscilar entre a hesitação e a suspensão dos

acontecimentos, sendo as guerras na Ucrânia e em Gaza o reflexo deste impasse.

O prazo para a conclusão das obras com recursos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) termina a meio de 2026 e, apesar da sua execução estar atrasada em muitos países da Europa, não há nenhuma fonte oficial nos Governos nacionais que assuma a vontade de introduzir algum adiamento aos prazos negociados com a União Europeia.

Ninguém quer dar o passo que a economia parece precisar e apenas o Parlamento Europeu abriu uma porta a esta dilatação dos prazos que, genericamente, é possível, mesmo que exija um conjunto de decisões entre vários órgãos, sem requerer a deliberação por unanimidade.

Entretanto, em abril, a Comissão Europeia aprovou a segunda reprogramação do PRR português, tendo esta revisão permitido retirar da programação vários projetos que tinham derrapado temporalmente, ou onde a data de conclusão do projeto ultrapassava o tempo de vida do PRR. Assim sucedeu, por exemplo, com os projetos para a captação de água no rio Guadiana (Pomarão), a dessalinizadora no Algarve e com o aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato.

Porém, na proposta que o Governo apresentou, e cuja orientação pretendemos acompanhar, os projetos que foram retirados mantêm o sinal de que serão mesmo para executar, embora pagos, total ou parcialmente, por outras fontes como sejam o Orçamento do Estado, fundos europeus ou empréstimos do Banco Europeu de Investimento.

Avançamos em pleno mês da realização da 60.ª Feira Nacional da Agricultura, onde contamos trazer novidades na nossa próxima edição da Agro News.

Antes disso, entre 30 de abril e 4 de maio, durante cinco dias, mobilizámos as nossas Equipas e os Parceiros para contribuir para uma 41.ª edição da Ovibeja bem-sucedida, com um conjunto muito vasto de atividades dirigidas aos Clientes, potenciais clientes e Institucionais, como pode ser verificado mais adiante, nas páginas que dedicamos ao evento.

No Millennium bcp, continuamos a ambicionar aperfeiçoar, ainda mais, o compromisso com os empresários agrícolas e assegurar a nossa responsabilidade nacional com este setor! Queremos ser o Banco Oficial do melhor que se faz na Agricultura portuguesa, assegurando soluções financeiras fiáveis, com proximidade e sustentabilidade.

Vamos com tudo!

João Nuno Palma

Vice-presidente da Comissão Executiva





EM ANÁLISE

O recente acordo para o regime de caudais dos rios Tejo e Guadiana na Convenção de Albufeira, a Estratégia Nacional para a Gestão da Água, “Água que Une”, e a Estratégia Nacional para o Regadio constituem uma tentativa para responder à escassez de água, proteger os ecossistemas e garantir a resiliência hídrica.

Com o objetivo de dotar o empresário e o investidor com informação mais concreta e fiável sobre o presente ponto de situação, pedimos à AGRO.GES a elaboração de um exame integrado sobre esta prioridade estratégica. Esta análise tem como objetivo caracterizar o regadio em Portugal, com especial enfoque na sua evolução, distribuição regional, origem e tipologias de aplicação.

AGROGES

PRINCIPAIS DESTAQUES

Em Portugal continental

Ao hectare

626.820 hectares

16% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) é classificada como superfície irrigável

562.255 hectares

Total da Superfície Agrícola Regada (SAR) no continente. Área que corresponde a **90%** da superfície irrigável e a **15%** da SAU

2019

45%

São culturas permanentes na composição da superfície irrigável de Portugal continental

36

Infraestruturas de regadios coletivos públicos

30%

Áreas destinadas a culturas temporárias estão sob regime de regadio

25%

Média de perdas de água, nos aproveitamentos hidroagrícolas públicos

Estratégia Nacional para a Gestão da Água

“Água que Une”, estratégia nacional lançada pelo Governo para a gestão da água, garantindo uma gestão mais eficiente, resiliente e inteligente dos recursos hídricos em Portugal

Estação Dessalinizadora de Água do Mar

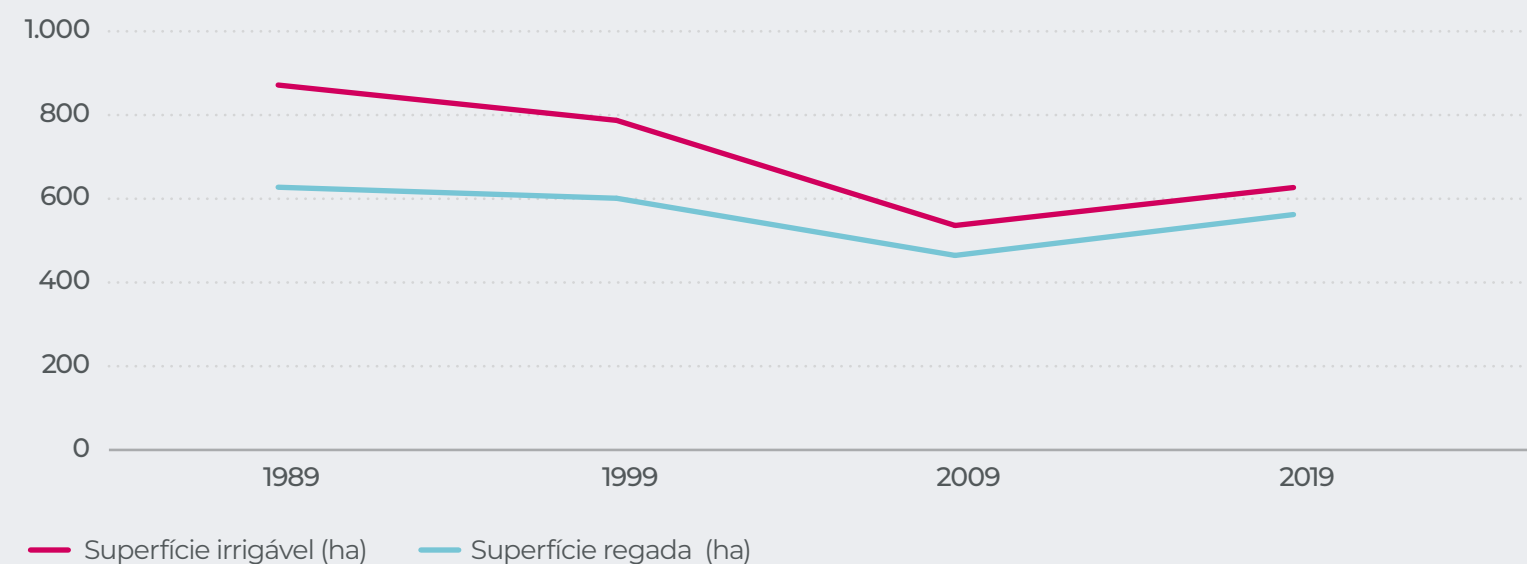
Localizada no concelho de Albufeira, prevê-se a sua conclusão no final de 2026

01. Os grandes números do regadio em Portugal continental

Embora o regadio seja fundamental para a viabilidade da agricultura nacional, apenas 16% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) é classificada como superfície irrigável (626.820 ha), caracterizada como áreas com infraestruturas e condições técnicas para regar. No entanto, devido a limitações culturais relacionadas com a aptidão do solo e falta de água, nem toda a SAU irrigável é efetivamente regada. Em 2019, a Superfície Agrícola Regada (SAR) no continente totalizou os 562.255 ha, área que corresponde a 90% da superfície irrigável e a 15% da SAU.

Nos últimos 30 anos, essencialmente entre 1989 e 2009, registou-se uma tendência de redução da superfície irrigável (-28%) e da SAR (-10%). No entanto, o Recenseamento Agrícola 2019 revela uma inversão desta tendência, com um acréscimo de cerca de 17% da área irrigável e 21% da área regada, face ao recenseamento anterior.

Evolução da superfície irrigável e regada (1989 a 2019) (ha)



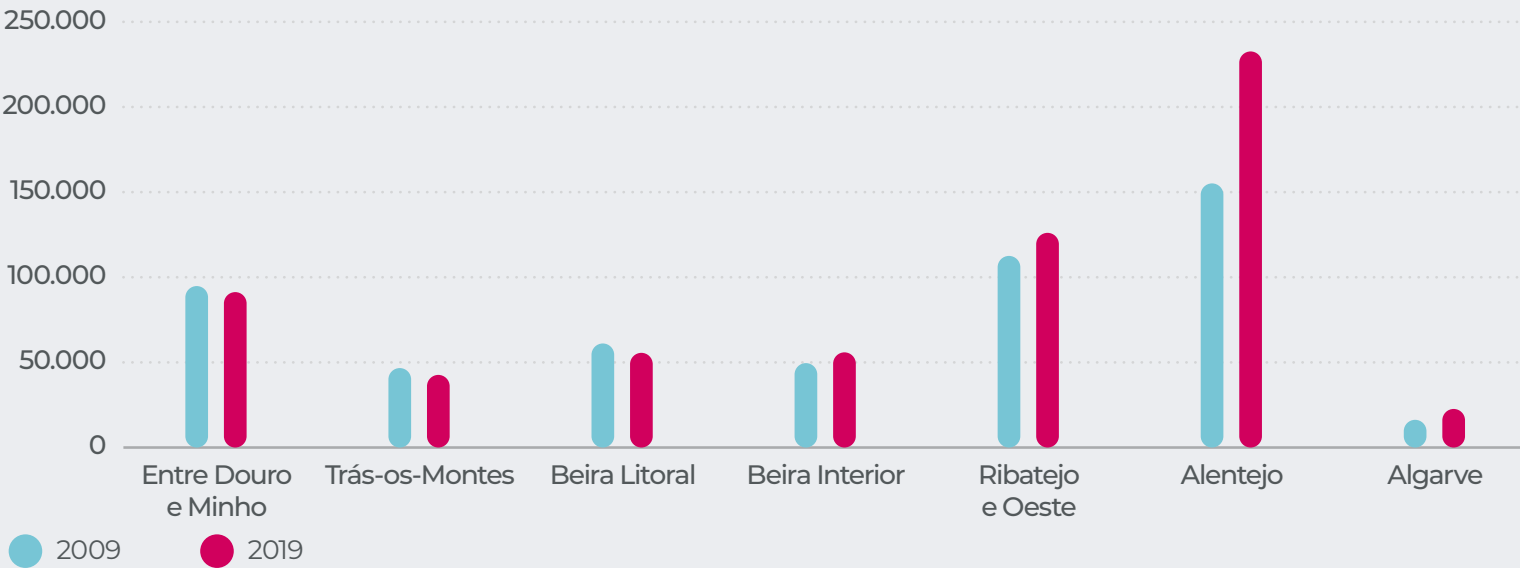
Fonte: INE

Em 2019, a Superfície
Agrícola Regada (SAR)
no continente totalizou
os 562.255 ha.



Entre 2009 e 2019, a análise regional da evolução da superfície irrigável revela que o acréscimo registado se associa, sobretudo, à região do Alentejo, responsável por cerca de 85% do aumento total nesse período. Este crescimento está diretamente relacionado com a entrada em funcionamento dos diversos perímetros de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), evidenciando a sua relevância para o reforço do regadio nacional.

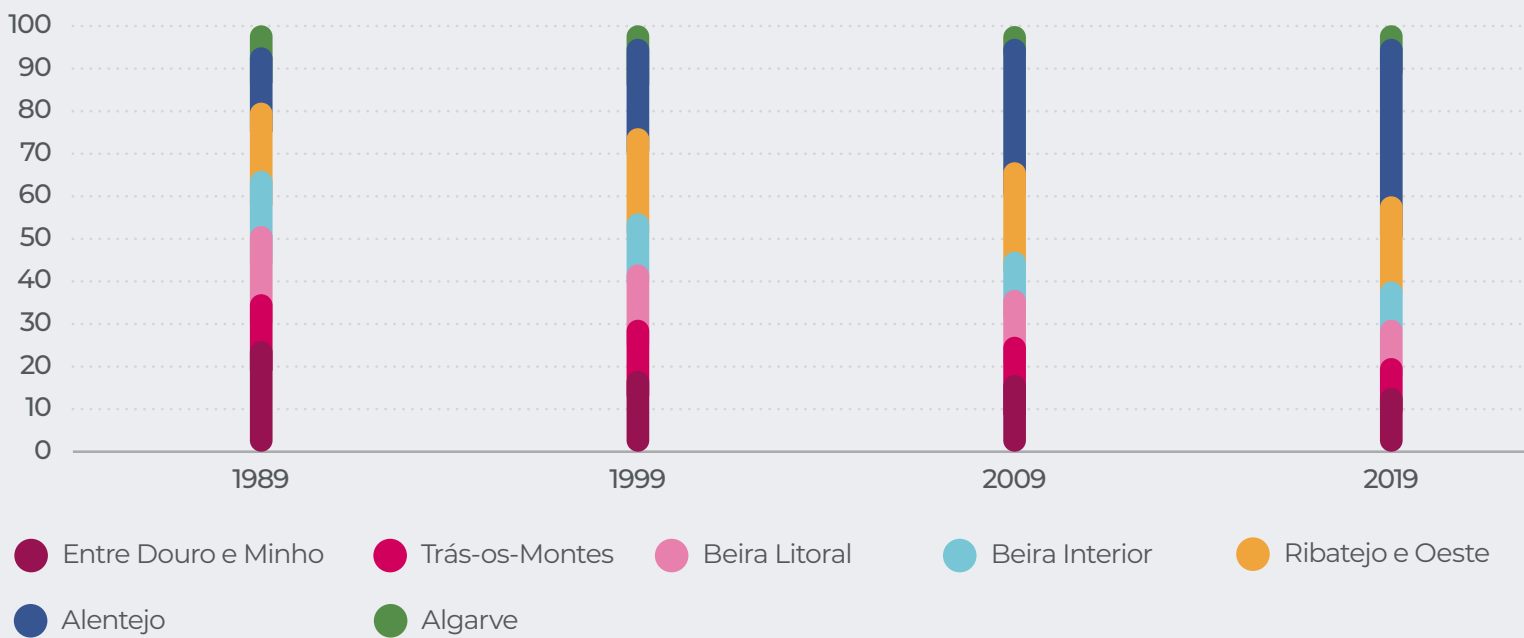
Evolução da superfície irrigável entre 2009 e 2019 (ha)



A análise da evolução da distribuição regional da SAU irrigável, entre 1989 e 2019, evidencia um aumento progressivo do peso relativo da região do Alentejo, em contraste com a diminuição da importância das demais regiões, cuja contribuição para o total da área irrigável nacional tem vindo a diminuir. A redução é particularmente significativa nas regiões Norte e Centro, onde a estrutura fundiária é mais fragmentada. Este padrão reforça, mais uma vez, o crescimento substancial da superfície irrigável no Alentejo nos últimos anos.

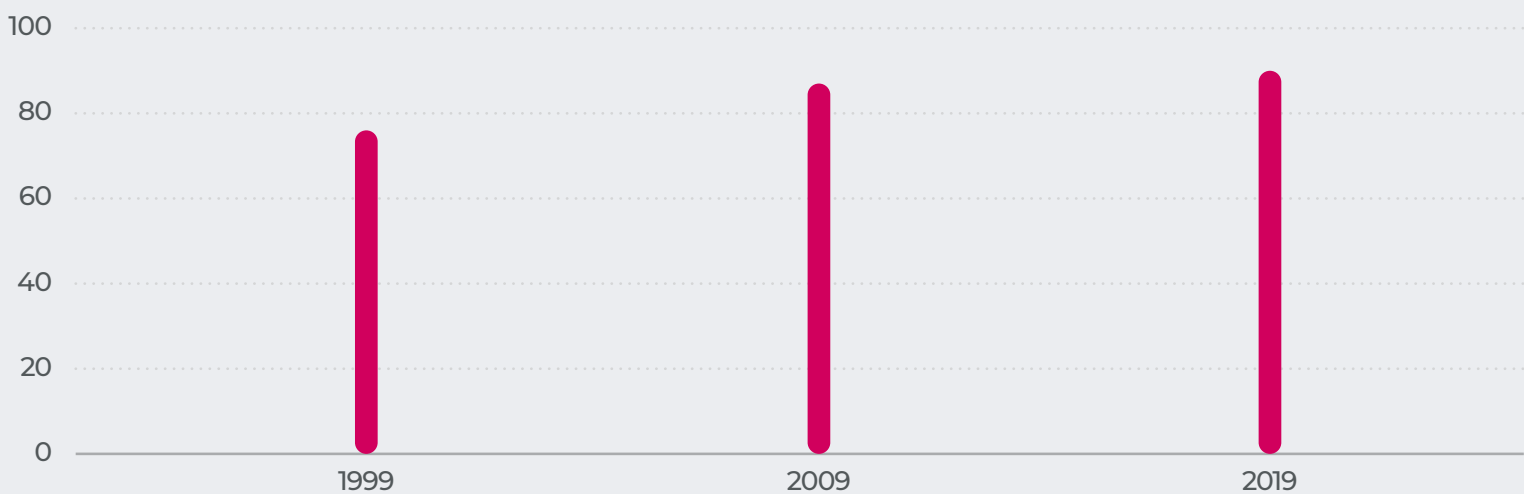


Distribuição regional da SAU irrigável (1989 a 2019) (%)



Ao analisar a evolução da proporção de SAR em relação à SAU considerada irrigável, entre 1999 e 2019, observa-se um crescimento constante, o que pode evidenciar, por um lado, o abandono de áreas infraestruturadas com pouca aptidão para o regadio, mas, por outro, uma maior taxa de adesão ao regadio nas áreas infraestruturadas com aptidão para rega.

Evolução SAU regada/SAU irrigável (1999 a 2019) (%)

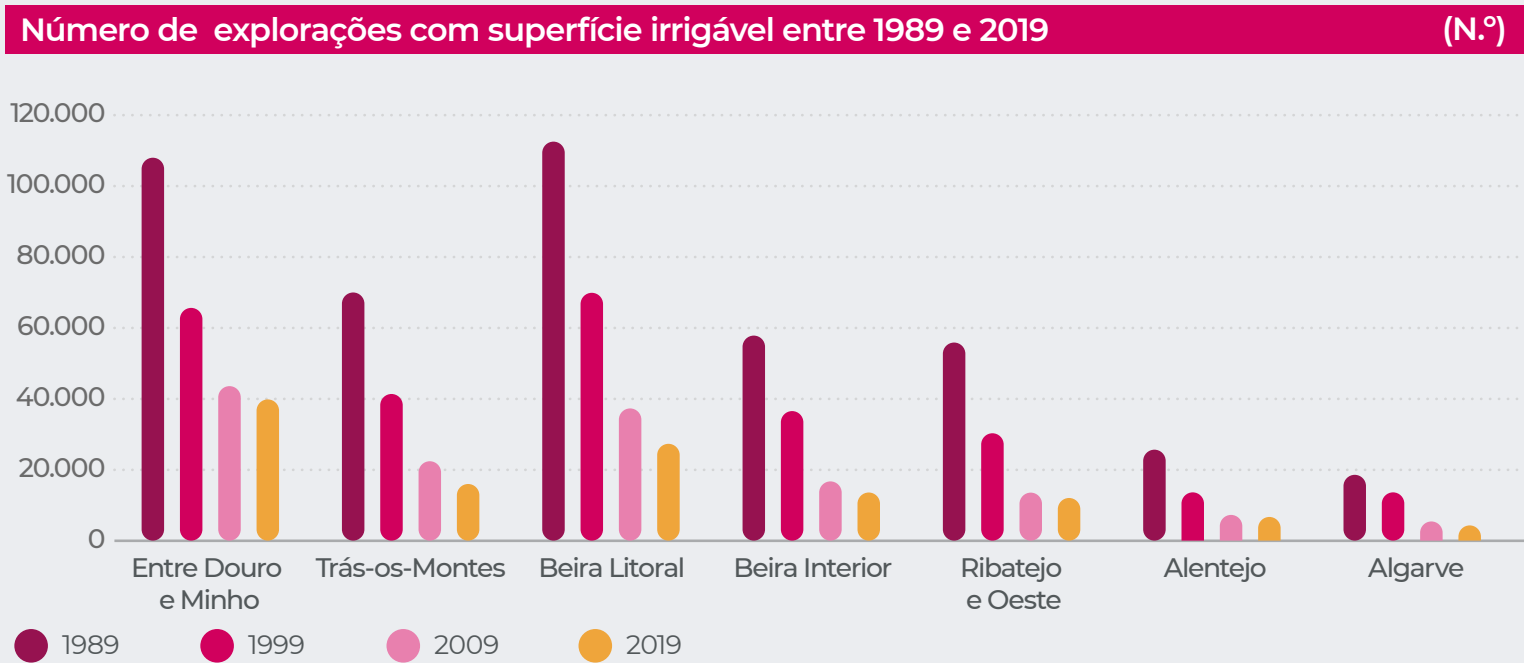
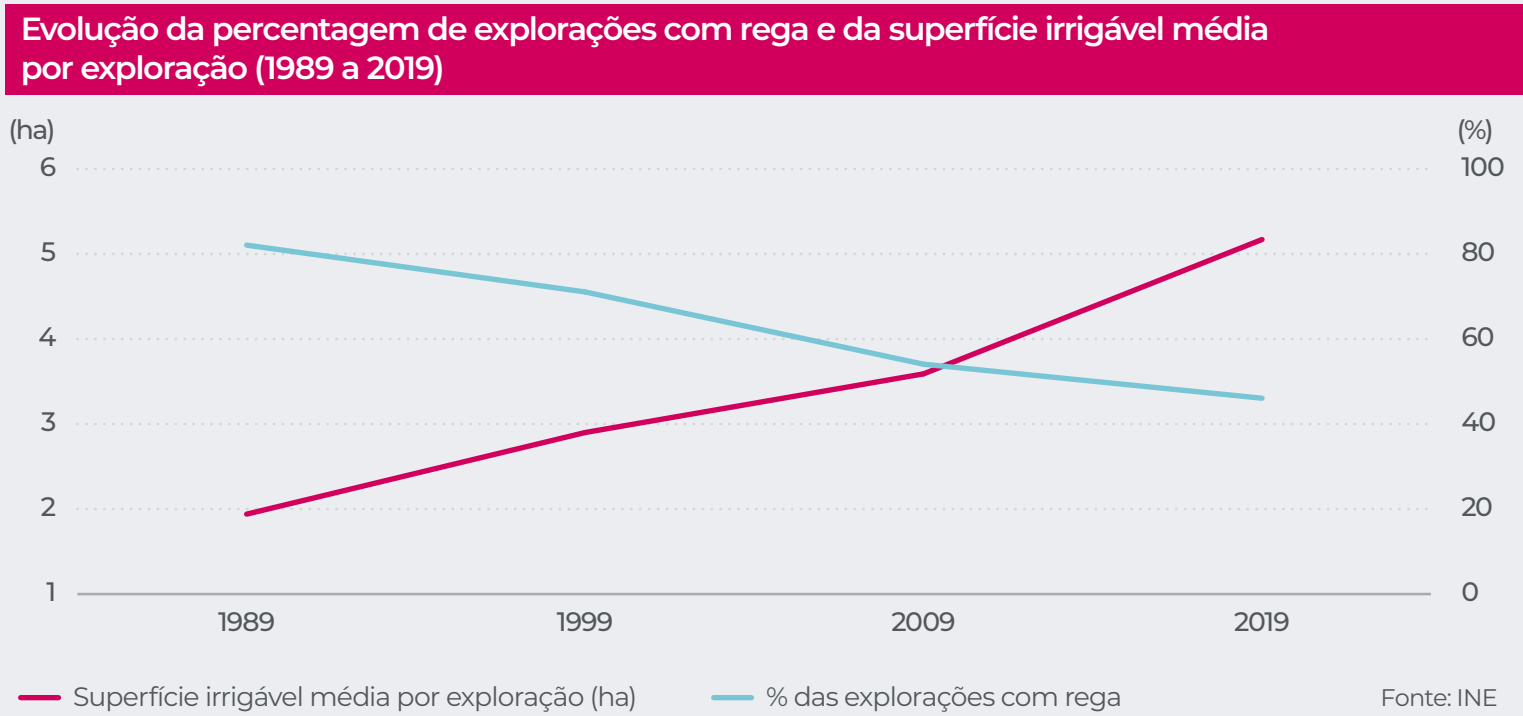


Fonte: INE

A análise da evolução do número de explorações com rega revela que as regiões da Beira Litoral, Ribatejo e Oeste e Entre Douro e Minho registaram as reduções mais acentuadas, entre 60% e 65%.

A evolução do número de explorações com rega revela uma redução na percentagem destas explorações, resultante de uma diminuição mais acentuada do número de explorações com sistemas de rega (-73%), em comparação com a redução do total de explorações (-52%). Este decréscimo é, no entanto, compensado pelo aumento da superfície média irrigável por exploração (167%), o que atenua a redução da SAU irrigável entre 1989 e 2009 e contribui para o acréscimo registado em 2019. O aumento da SAU irrigável por exploração pode refletir uma maior concentração e profissionalização do regadio em Portugal continental.

A análise regional da evolução do número de explorações com rega revela uma diminuição generalizada das explorações com superfície irrigável em todas as regiões agrárias do continente, com uma redução global de cerca de 52%. Destacam-se especialmente as regiões da Beira Litoral, Ribatejo e Oeste e Entre Douro e Minho, que registaram reduções mais acentuadas, entre 60% e 65%.





02.

Composição da superfície irrigável de Portugal continental

A evolução da composição da superfície irrigável revela uma tendência de redistribuição das áreas antes destinadas a culturas temporárias e a pastagens permanentes para as culturas permanentes, com um acréscimo de 29% para 45%.

A nível regional, destaca-se a relevância das culturas permanentes nas regiões do Alentejo, Algarve e Trás-os-Montes. Contrariamente, as culturas temporárias ganham maior destaque nas regiões da Beira Litoral, Ribatejo, Oeste e Entre Douro e Minho. Quanto às pastagens permanentes, a região de Trás-os-Montes é o local onde o uso de terras para este fim é mais expressivo.

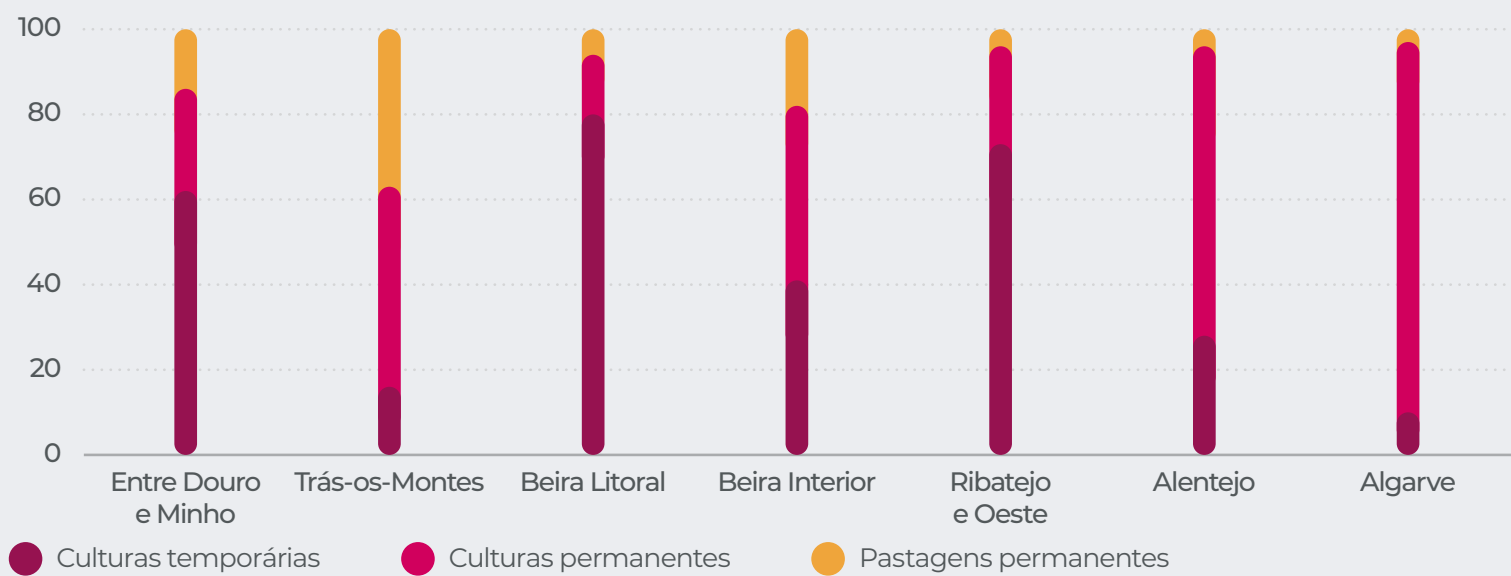
A nível nacional, a análise detalhada da SAU regada, direcionada para as diferentes culturas, revela que, entre as culturas temporárias, os cereais para grão destacam-se com 43%, seguidos pelas culturas forrageiras (27%) e as hortícolas (18%). No que diz respeito às culturas permanentes, o olival tem maior expressão, representando 47% da área, enquanto a vinha e os frutos de casca rija representam 19% e 10%, respetivamente. As pastagens permanentes distribuem-se entre espontâneas melhoradas (63%) e semeadas (37%).

Proporção da SAU irrigável atribuída a cada tipo de cultura temporária, permanente e pastagem permanente em 2019. Toda esta análise pode ser observada nos gráficos que se seguem.

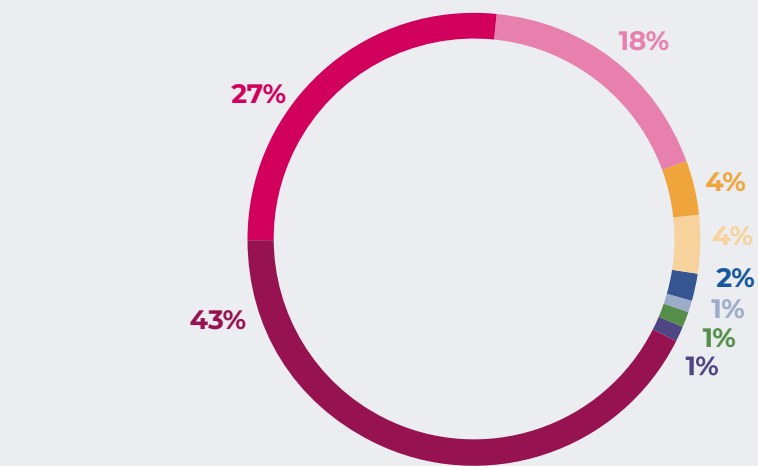
Evolução do tipo de utilização de terras da superfície irrigável (2009-2019) (%)



Composição da superfície irrigável por região agrária (%)

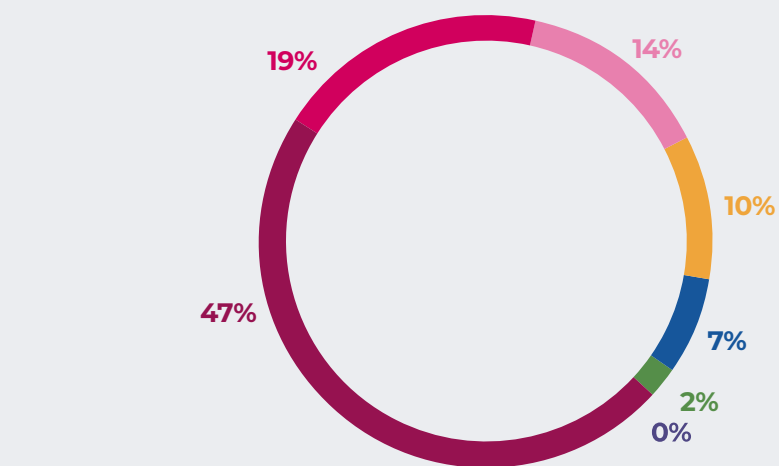


Culturas temporárias (%)



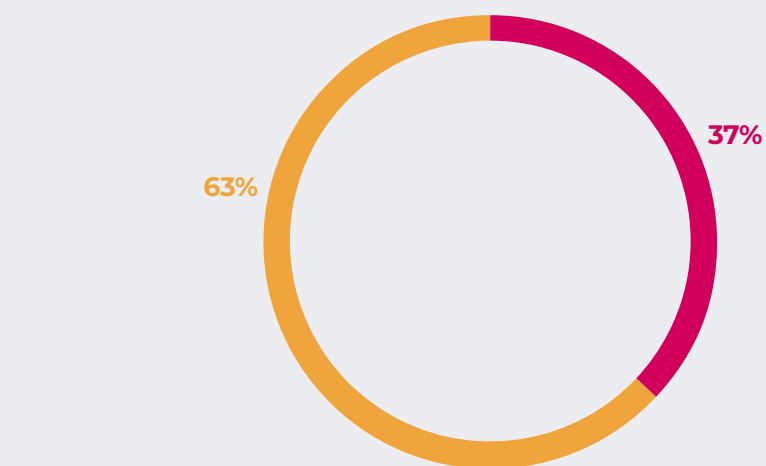
- Cereais para grão
- Culturas hortícolas
- Batata
- Leguminosas secas para grão
- Flores e plantas ornamentais
- Culturas forrageiras
- Prados temporários
- Culturas industriais
- Outras culturas temporárias

Culturas permanentes (%)



- Olival
- Frutos frescos (exceto citrinos)
- Citrinos
- Outras culturas permanentes
- Vinha
- Frutos de casca rija
- Frutos subtropicais

Pastagens permanentes (%)



- Semeadas
- Espontâneas melhoradas

Fonte: INE

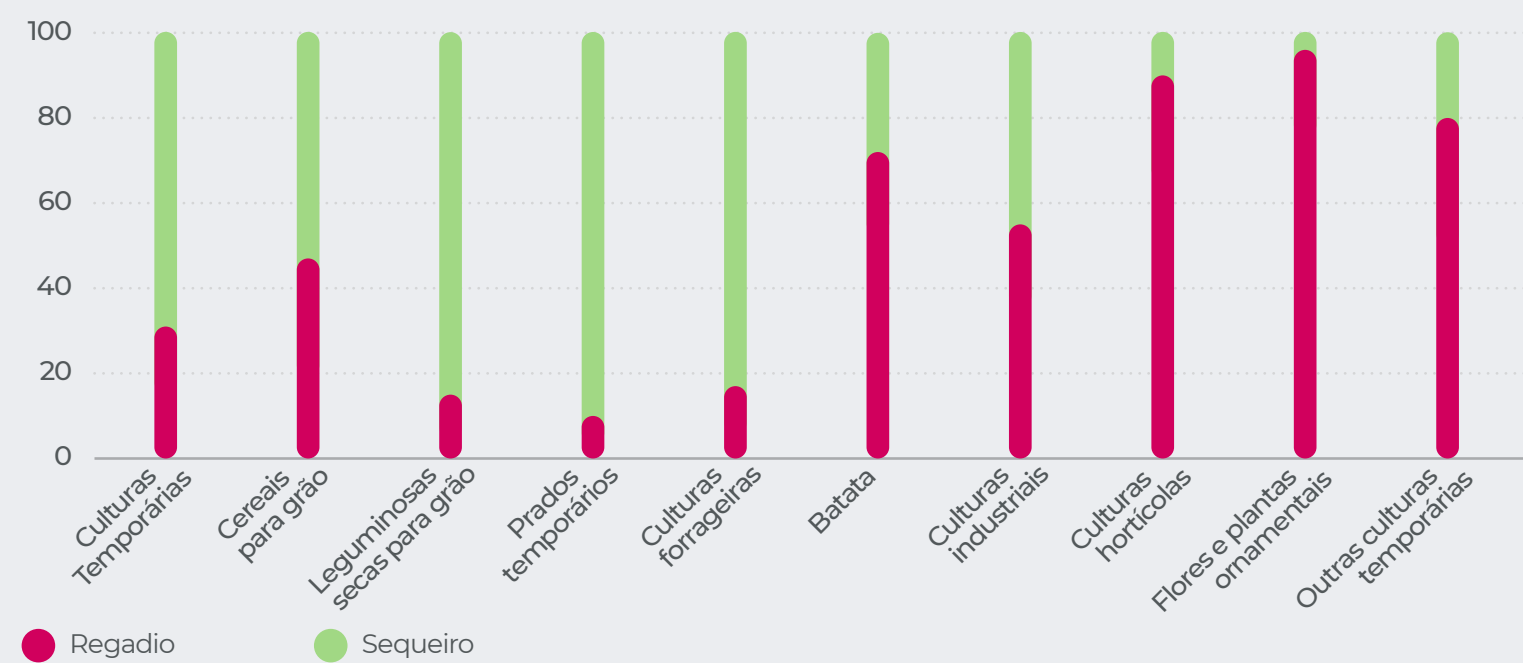
03.

Comparação entre áreas regadas e de sequeiro nas diversas culturas agrícolas

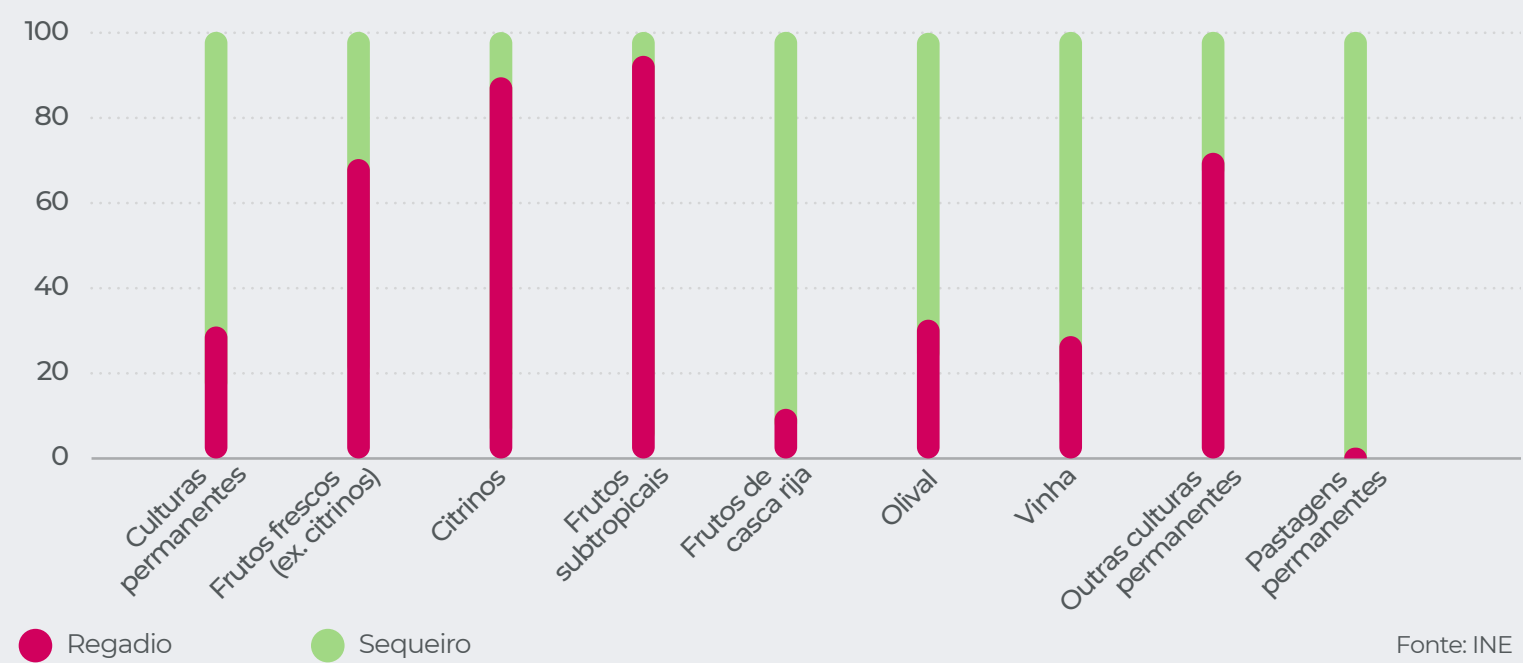
Ao comparar as áreas regadas de cada cultura com a sua área total, é possível analisar a percentagem da SAU de cada cultura dedicada ao regime de regadio e sequeiro, respetivamente. A figura seguinte mostra que apenas 30% das áreas destinadas a culturas temporárias estão sob regime de regadio. Focando-nos nas culturas que mais recorrem ao regime de regadio, destacam-se as flores e plantas ornamentais, as culturas hortícolas e a batata. Com menor relevância, encontram-se as culturas industriais e os cereais para grão, enquanto que as leguminosas secas, os prados temporários e as culturas forrageiras são maioritariamente exploradas em regime de sequeiro.

Relativamente às culturas permanentes, observa-se uma relação semelhante à das culturas temporárias, destacando-se, em regime de regadio, os frutos subtropicais, os citrinos e os frutos frescos. É de notar que, apesar dos elevados investimentos realizados nos últimos anos na expansão do regadio nas culturas do amendoal e olival, em termos de área, ainda existe uma predominância dos regimes tradicionais de sequeiro. Quanto às pastagens permanentes, estas são, na sua maioria, exploradas em regime de sequeiro, com apenas 2% da área dedicada ao regadio.

Proporção das áreas regadas e de sequeiro de culturas temporárias em 2019 (%)



Proporção das áreas regadas e de sequeiro de culturas e pastagens permanentes em 2019 (%)



Fonte: INE

04.

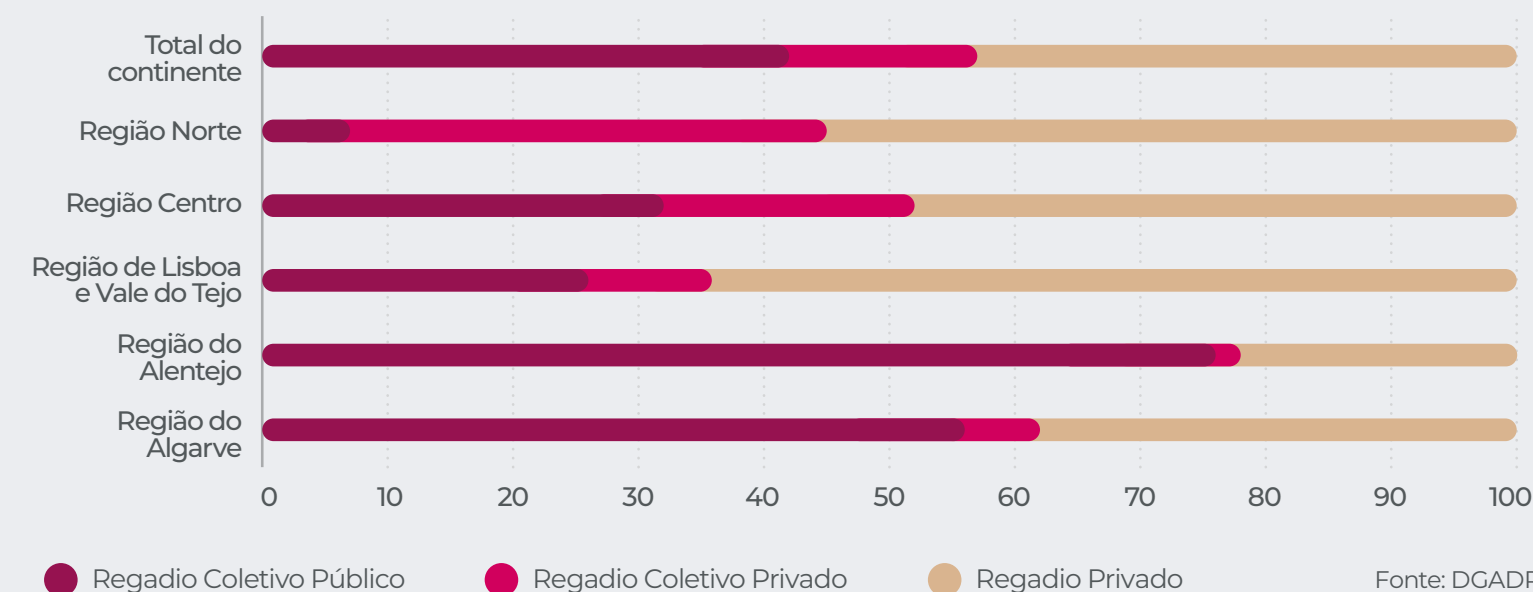
Caracterização dos regadios públicos e privados em Portugal continental



Atualmente, existem 36 infraestruturas de regadios coletivos públicos, que representam, aproximadamente, 42% da superfície irrigável e cerca de 7% da SAU total, em Portugal continental. Já os regadios coletivos privados, em maior número (cerca de 2.661), estão associados a sistemas tradicionais, cujas infraestruturas foram historicamente construídas pelas comunidades locais. Apesar disso, representam apenas 15% da superfície irrigável e cerca de 2% da SAU total. Por fim, os regadios individuais, ou seja, as captações na própria exploração abrangem cerca de 43% da superfície irrigável e aproximadamente 7% da SAU total. Nos últimos anos, tem-se observado uma diminuição desta tipologia de regadio devido à expansão de alguns regadios coletivos públicos.

A nível regional, os regadios coletivos públicos têm maior expressão no Alentejo (76%) e no Algarve (56%). Já os regadios coletivos privados apresentam um peso residual na maioria das regiões, com exceção do Norte (38%) e do Centro (20%), onde assumem alguma relevância. Por fim, os regadios individuais registam uma presença significativa na maioria das regiões do país, destacando-se Lisboa e Vale do Tejo (64%), Norte (55%) e Centro (48%).

Distribuição da superfície irrigável por tipos de regadio (%)



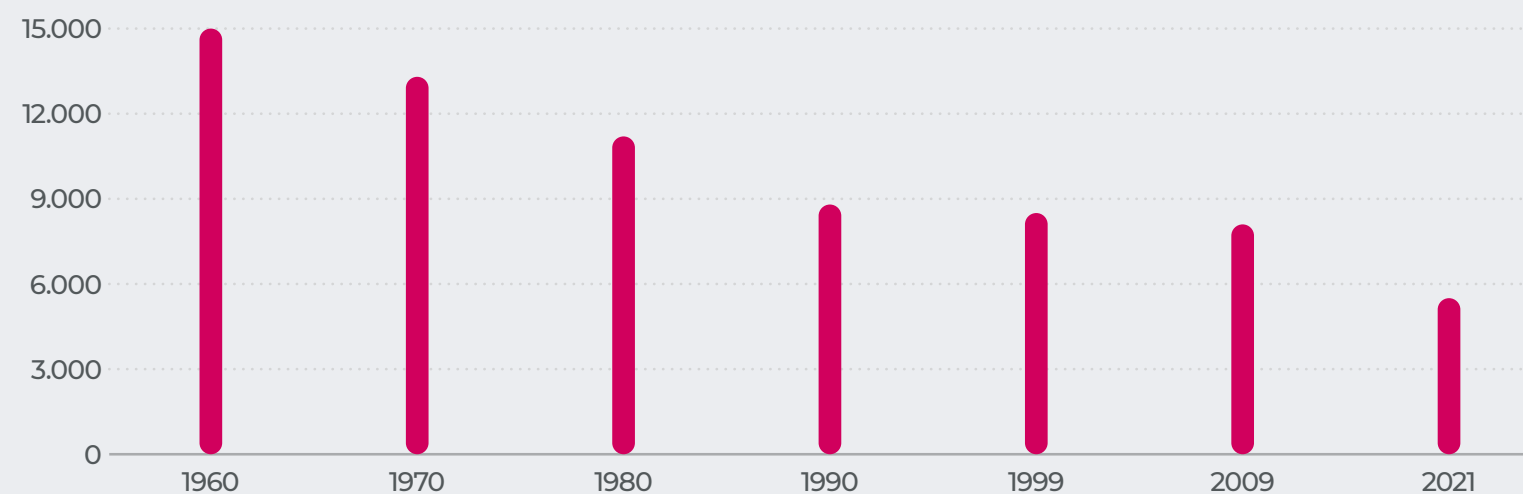
05.

Evolução dos volumes de água destinados à agricultura e eficiência de utilização



Evolução da dotação média de rega

(m³/ha)

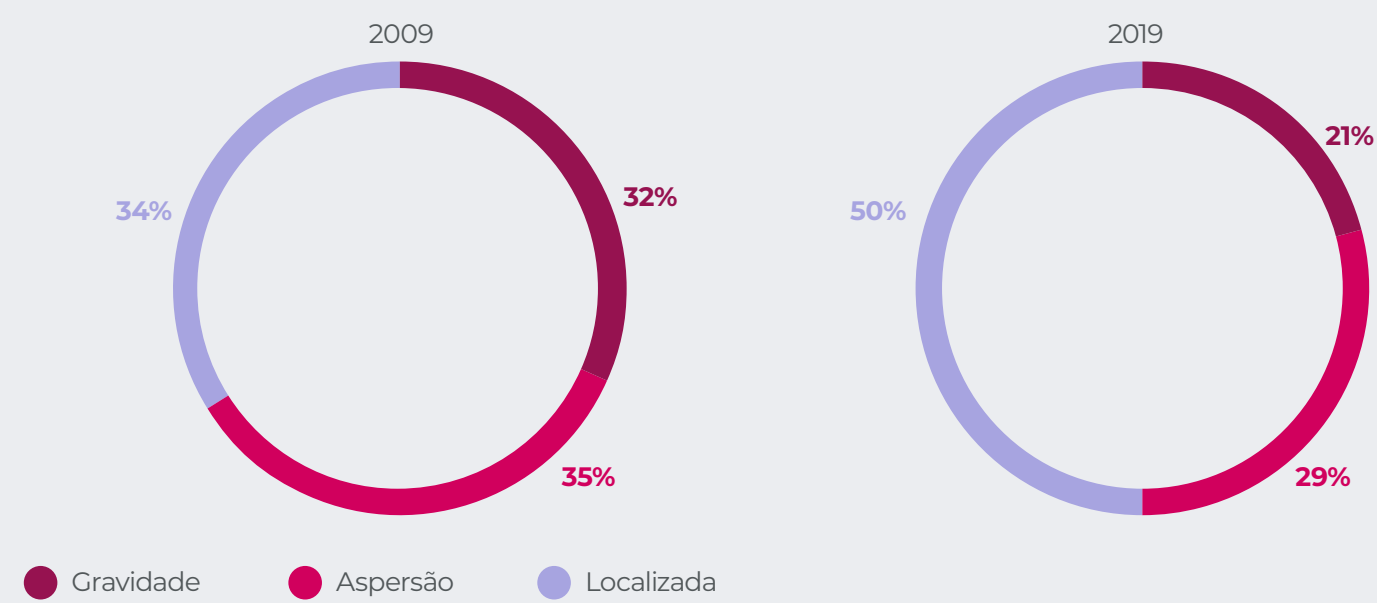


Fontes: DGADR e FENAREG

De acordo com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e a Federação Regional de Regantes de Portugal (FENAREG), observa-se uma redução contínua das dotações médias de rega por hectare, com um decréscimo de cerca de 63% entre 1960 e 2021. Este declínio deve-se, sobretudo, à alteração do padrão cultural, com o aumento de culturas permanentes que apresentam menores necessidades hídricas. Outro fator que contribui para essa diminuição é a maior eficiência no uso da água, resultado da melhoria das infraestruturas de captação, armazenamento e distribuição, bem como da implementação de métodos de rega mais eficientes.

A eficiência a nível de parcela tem melhorado significativamente com a substituição de métodos menos eficazes, como a rega por gravidade, cuja utilização decresceu de 32% para 21%, por técnicas sob pressão mais eficientes, nomeadamente sistemas de rega localizada, cuja adoção aumentou de 34% para 50%.

Proporção dos métodos de rega utilizados em Portugal continental (2009 e 2019) (%)



Relativamente à aplicação dos diversos métodos de rega por tipo de utilização de terra, observa-se uma predominância de sistemas de rega localizada nas áreas destinadas a culturas permanentes, correspondendo a 94% dessas áreas e deixando apenas uma área residual de 6% associada aos métodos por gravidade. Nas culturas temporárias, destacam-se os sistemas de aspersão, representando 56%, seguidos pelos métodos por gravidade (29%) e pelos sistemas localizados (16%). Quanto às pastagens permanentes, a maioria da área (62%) é regada através de métodos por gravidade, sendo a restante área regada por aspersão (38%).

A nível regional, observa-se que a rega por gravidade predomina nas regiões de Trás-os-Montes (52%), Beira Litoral (49%) e Entre Douro e Minho (46%), destacando-se na região Norte. Em contrapartida, a rega por aspersão evidencia-se na região da Beira Interior (46%), sendo seguida pelas regiões do Ribatejo e Oeste, Beira Litoral e Entre Douro e Minho, com valores em torno de 35%. Por fim, a rega localizada apresenta grande importância, representando 90% na região do Algarve e 70% na região do Alentejo.

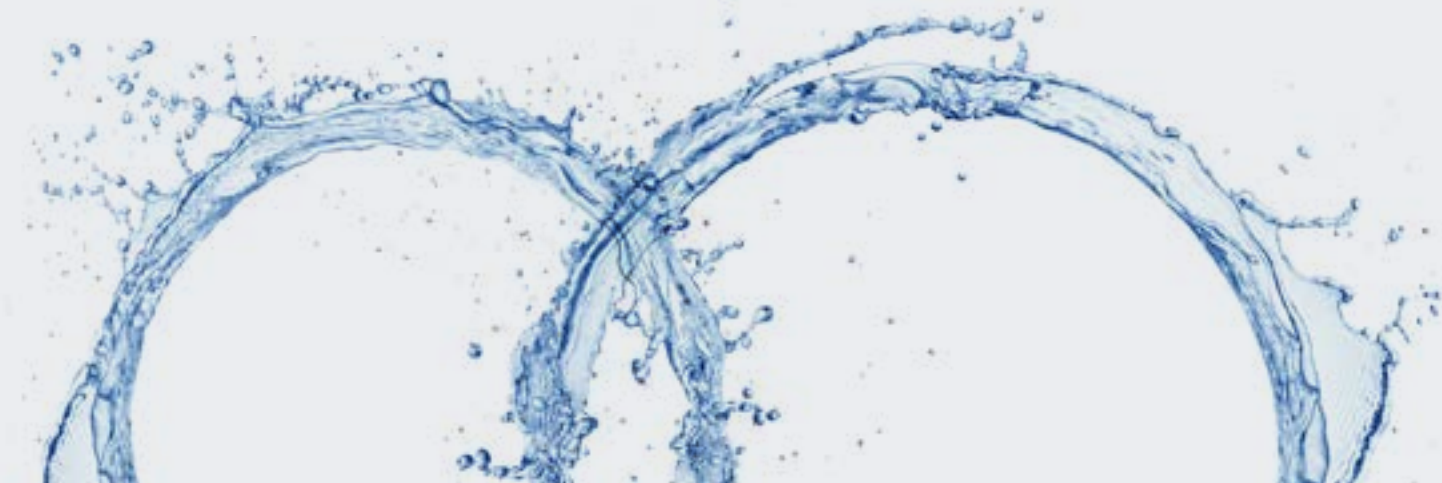
É relevante notar que, paralelamente à adoção de sistemas de rega mais eficientes, há uma tendência para a adoção de tecnologias de apoio à gestão da rega. De acordo com o Recenseamento Agrícola de 2019, estas tecnologias estão presentes em cerca de 30% da SAU regada. No entanto, encontram-se implementadas em apenas 2,8% das explorações, sublinhando a sua elevada concentração e margem para evolução da sua adoção por parte dos agricultores.

Fonte: INE

Método de rega por tipo de utilização de terras (2019) (%)



Método de rega por região agrícola (2019) (%)



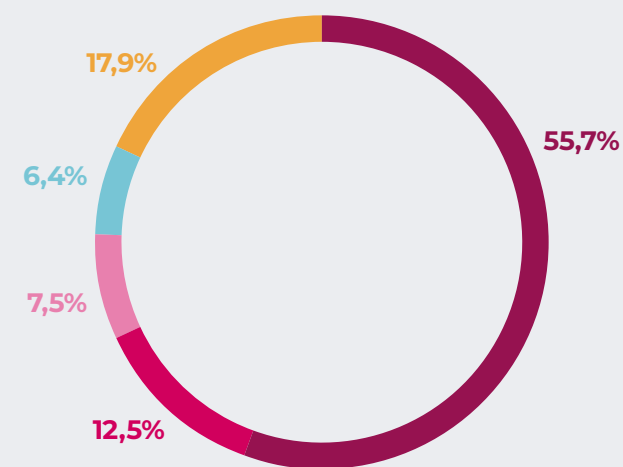
06.

Importância do regadio para as explorações agrícolas de Portugal continental

As explorações agrícolas podem ser classificadas consoante a importância relativa à sua SAR, entre "Exclusivamente sequeiro" (sem áreas de regadio), "Predominantemente sequeiro" (menos de 25% da SAU com regadio), "Principalmente sequeiro" (entre 25% e 50%), "Principalmente regadio" (entre 50% e 75%) e "Predominantemente regadio" (mais de 75%).



Explorações agrícolas em função da área regada (%)



- Exclusivamente sequeiro
- Predominantemente sequeiro
- Principalmente sequeiro
- Principalmente regadio
- Predominantemente regadio

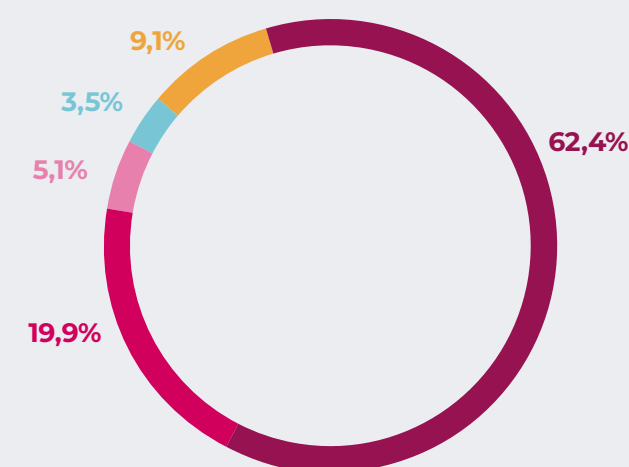
De acordo com o Recenseamento Agrícola de 2019, cerca de 55% das explorações são Exclusivamente de sequeiro, enquanto 12% são Predominantemente de sequeiro e 7% classificam-se como Principalmente de sequeiro. Por outro lado, 17,9% das explorações são Predominantemente de regadio e 6,4% são Principalmente de regadio. Assim, verifica-se que, a nível nacional, a maior parte das explorações concentra a sua área em regime de sequeiro.

Analisando a totalidade da SAU, segundo a caracterização das explorações, constata-se que o regime Exclusivamente de sequeiro predomina, representando 62,4% da área. De forma global, as explorações classificadas como Exclusivamente, Predominantemente e Principalmente de sequeiro somam 87,4% da SAU. Por outro lado, as explorações identificadas como Principalmente e Predominantemente de regadio correspondem a apenas 12,6% da área agrícola nacional. Este resultado evidencia a reduzida superfície irrigável em Portugal continental, que totaliza apenas 16%.

Ao analisar exclusivamente a superfície regada, verifica-se que 60,1% da SAR corresponde a explorações predominantemente de regadio e 15,5% a explorações principalmente de regadio. Dessa forma, apenas 24,5% da SAU regada está atribuída a explorações Predominantemente e Principalmente de sequeiro. Esses valores sugerem uma concentração da área regada em explorações que se especializaram neste regime.

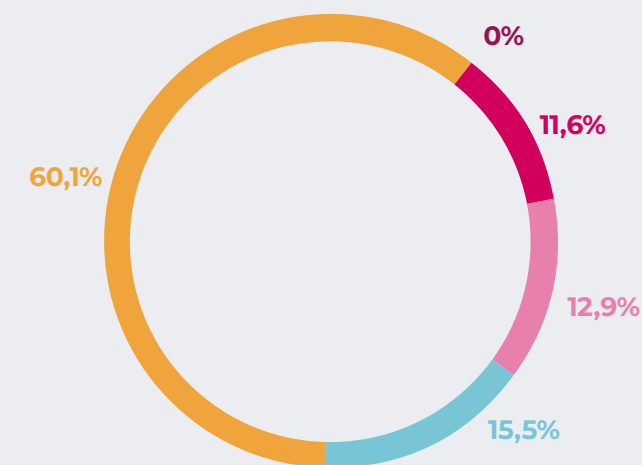
Fonte: INE

Caraterização da SAU em função das explorações e respetiva área regada (%)



- Exclusivamente sequeiro
- Predominantemente sequeiro
- Principalmente sequeiro
- Principalmente regadio
- Predominantemente regadio

Caraterização da SAR em função das explorações e da respetiva área regada (%)



- Exclusivamente sequeiro
- Predominantemente sequeiro
- Principalmente sequeiro
- Principalmente regadio
- Predominantemente regadio



07.

Importância económica do regadio para as explorações e agricultura portuguesa



A importância económica do regadio pode ser evidenciada por meio de uma comparação dos valores de produção por hectare das explorações agrícolas portuguesas, classificadas conforme a importância relativa da sua superfície de rega.

De acordo com os dados do Recenseamento Agrícola de 2019, embora a SAU média das explorações de sequeiro (15,5 ha; 22,1 ha e 9,3 ha) seja superior às das explorações de regadio (7,6 ha e 7 ha), observa-se que as explorações com regadio apresentam um elevado valor de produção padrão por exploração, destacando-se as Predominantemente de regadio, que atingem $38,6 \times 10^3$ €, comparativamente aos valores das explorações de sequeiro e à média nacional ($21,9 \times 10^3$ €). Este desempenho económico fica ainda mais evidente ao analisar os valores de produção padrão por hectare de SAU, os quais decrescem no que diz respeito ao Valor da Produção Padrão (VPP) de acordo com a diminuição da importância do regadio na exploração. Assim, os valores médios das explorações predominantemente de regadio ($5,5 \times 10^3$ €) são, em média, 3,4 vezes superiores à média nacional ($1,6 \times 10^3$ €).

Classificação da totalidade das explorações agrícolas c/ sistemas de rega em função da SAR	SAU/ Exp (ha)	SAR/ Exp (ha)	Valor da Produção Padrão			
			Total	%	Por exploração (10 ³ €)	Por ha de SAU (10 ³ €)
			10 ³ €			
Exclusivamente sequeiro	15,5	0,0	2.468,60	39,4	15,5	1,0
Predominantemente sequeiro	22,1	1,8	829,4	13,2	23,3	1,1
Principalmente sequeiro	9,3	3,4	475,3	7,6	22,0	2,4
Principalmente regadio	7,6	4,8	509,8	8,1	27,7	3,6
Predominantemente regadio	7,0	6,6	1.979,70	31,6	38,6	5,5
Média Nacional	13,9	2	6262,7	100	21,9	1,6



08.

Resposta aos desafios hídricos e agrícolas em Portugal

Atualmente, o território nacional enfrenta desafios hídricos que se têm vindo a intensificar, levando à implementação de diferentes instrumentos e estratégias, cada um com objetivos e contextos específicos. Destaca-se, primeiramente, a Convenção de Albufeira (1998) que estabelece mecanismos de cooperação transfronteiriça com Espanha para a gestão sustentável das bacias hidrográficas partilhadas, de forma a garantir compromissos internacionais de proteção e uso racional da água. Recentemente, surgiram iniciativas como a Estratégia Nacional “Água que Une”, que procura estruturar políticas internas para uma gestão mais eficiente e resiliente da água, e a Estratégia Nacional para o Regadio da FENAREG, em que o foco está na modernização e sustentabilidade do setor agrícola.

Importa referir que o acordo e as estratégias acima referidos, apesar de terem surgido como resposta à necessidade de garantir disponibilidade e uma gestão eficiente da água, cada uma difere nos seus objetivos de forma a contribuírem de maneira complementar para a segurança hídrica, competitividade agrícola e proteção ambiental.

8.1. Estratégia Nacional para a Gestão da Água – “Água que Une”

Em 2025, o Governo português lançou a Estratégia Nacional para a Gestão da Água, com o objetivo de garantir uma gestão mais eficiente, resiliente e inteligente dos recursos hídricos em Portugal para os próximos 15 anos.

Para suportar o desenvolvimento da estratégia, foi feito um retrato da água em Portugal, o qual serviu como ponto de partida para se estabelecer e compreender quais as medidas necessárias e prioritárias a tomar.

Cenário atual – Disponibilidades hídricas	
Ano médio	Ano seco
Disponibilidades totais 50.906 hm³/ano	Disponibilidades totais 24.046 hm³/ano
Captção para consumo 4.324 hm³/ano	Captção para consumo +28,5%

Em Portugal continental, 53% das atuais origens da água correspondem a águas superficiais de bacias fronteiriças, 35% superficiais de bacias transfronteiriças e 12% são águas subterrâneas. Da água captada, 73% destina-se à agricultura, sendo que, até à data, existem 357 mil hectares de área de regadio público. Para 2040, prevê-se que a agricultura seja responsável por 75% dos volumes captados.

Armazenamento de água e interligações existentes	
TOTAL 13.600 barragens e açudes	260 são grandes barragens
	Armazenamento monitorizado pela APA 15.118 hm³ de capacidade máxima de armazenamento
	Armazenamento monitorizado pela DGADR 7.014 hm³ de capacidade máxima de armazenamento

Nos grandes aproveitamentos hidroagrícolas públicos, em média, as perdas de água situam-se nos 25%. A água não faturada no abastecimento urbano encontra-se, em média, 27% nos sistemas em baixa e 5% nos sistemas em alta.

Em Portugal, apenas 1,2% da água residual é tratada para fins compatíveis, como rega e lavagens. Prevê-se que a primeira Estação de Dessalinização de Água do Mar, no concelho de Albufeira, esteja concluída no final de 2026/início de 2027, com o propósito de produzir 16 hm³/ano de água potável, com potencial de expansão até 24 hm³/ano.

A “Água que Une” pretende identificar orientações e medidas para maior segurança e sustentabilidade na gestão da água em Portugal. Dar segurança no sentido de garantir o abastecimento de água às populações, à agricultura e aos restantes setores económicos, prevenindo o impacto das secas, cheias e alterações climáticas. E proteger os ecossistemas e recursos naturais, de forma a garantir uma gestão mais integrada da água.





Foco na redução de perdas e otimização do uso da água, reforço da capacidade de armazenamento e adaptação a secas e digitalização e gestão integrada são as três linhas de orientação estratégica.

As linhas de orientação da estratégia consideram três eixos de medidas:

Eixos de medidas

1

EFICIÊNCIA

Foco na redução de perdas e otimização do uso da água:

- Redução de perdas na rede: Reabilitação de infraestruturas para diminuir desperdícios (ex.: perdas atuais em sistemas de abastecimento chegam a 30% em algumas regiões).
- Reutilização de águas residuais: Aumentar a taxa de reaproveitamento (atualmente, apenas 1,2% da água residual tratada é reutilizada).
- Modernização de sistemas de regadio: Promoção de tecnologias de irrigação eficientes para a agricultura (ex.: substituição de culturas intensivas por alternativas menos exigentes em água).

2

RESILIÊNCIA

Reforço da capacidade de armazenamento e adaptação a secas:

- Construção de novas barragens: 14 barragens previstas (ex.: Girabolhos, Pinhão, Vila Chã), com aumento de 1.139 hm³ de capacidade até 2040.
- Interligação de sistemas hídricos: Conectar bacias (ex.: Alqueva-Odeleite) para redistribuir água entre regiões deficitárias (ex.: Algarve).
- Restauro de ecossistemas: Recuperação de rios e zonas húmidas para melhorar a retenção natural de água.

3

INTELIGÊNCIA

Digitalização e gestão integrada:

- Monitorização em tempo real: Implementação de sensores e plataformas digitais para rastrear caudais, qualidade da água e consumo.
- Inteligência Artificial (IA): Uso de algoritmos para prever secas, otimizar a distribuição e prevenir crises.
- Governança colaborativa: Reforço da coordenação entre entidades públicas, privadas e comunidades locais para a tomada de decisões baseadas em dados.

Eixo	N.º de medidas	Investimento previsto	Objetivos principais	Planos estruturantes relevantes
Eficiência	111	1.700 M€	• Reduzir perdas (-329 hm³) • Aumentar segurança hídrica (+310 hm³) • Disponibilizar água residual tratada(+122 hm³)	• Programa de ação para a redução de perdas de água • Programa para eficiência dos empreendimentos hidroagrícolas • Programa água + circular
Resiliência	139	3.400 M€	• Aumentar segurança hídrica (+437 hm³) • Disponibilizar água para consumos consumptivos (+966 hm³) • Construir barragens, interligar bacias	• Programa para o reforço do armazenamento de água • Programa ZILS/H2O • Programa para resiliência hídrica do Tejo • Projeto de valorização agrícola dos recursos hídricos no Vale do Tejo e Oeste • Programa ProRios 2030
Inteligência	44	200 M€	• Digitalizar sistemas, integrar dados, monitorizar ecossistemas	• Programa de ação para a digitalização integral do ciclo da água • Revisão do programa nacional para uso eficiente da água (PNUEA), elaboração Plano REGA • Revisão da Lei da Água e dos diplomas complementares • Fortalecimento do regime económico-financeiro e do financiamento da água • Constituição do Empreendimento de Fins Múltiplos do Médio Tejo e do Mondego

8.2. Breve contextualização e novos acordos – Regime de caudais na Convenção de Albufeira para os rios Tejo e Guadiana

A Convenção de Albufeira surgiu como resposta às necessidades de modernização da cooperação luso-espanhola na gestão dos rios internacionais. Foi assinada, em 1998, entre Portugal e Espanha e estabelece regras para a gestão e partilha das águas dos rios internacionais que atravessam ambos os países, nomeadamente o Minho, o Lima, o Douro, o Tejo e o Guadiana. O acordo define regimes de caudais mínimos a serem garantidos por Espanha na fronteira, mecanismos de monitorização conjunta e prevê revisões periódicas para se adaptar a novas realidades ambientais, sociais e tecnológicas.

Nos últimos anos, vários acontecimentos despoletaram a retoma da discussão e negociação da Convenção de Albufeira, sendo que o **projeto de Espanha** para a construção da central hidroelétrica reversível em Alcántara e o **projeto de Portugal** para a estação elevatória no Guadiana foram fatores que tornaram urgente a revisão e clarificação dos regimes de caudais, reforçando a cooperação e diálogo bilateral, de forma a assegurar a sustentabilidade e equidade na utilização dos rios internacionais.



Em 2024, as negociações entre Portugal e Espanha intensificaram-se e culminaram em **novos compromissos e acordos**:

Novos acordos e compromissos

Reforço da monitorização e cooperação

Estabelecidas reuniões regulares (quinzenais) entre as autoridades dos dois países para acompanhamento dos caudais libertados, especialmente em períodos de seca.

Assinatura de novo documento sobre caudais

Em 2024, foi assinado um novo acordo sobre o regime de caudais do Tejo e do Guadiana, reconhecendo a necessidade de rever e adaptar os regimes em vigor às exigências atuais de sustentabilidade e proteção ambiental.

Compromissos sobre grandes infraestruturas

Garantir que novos projetos, como a central reversível de Alcântara e a estação elevatória do Guadiana, respeitem os caudais ecológicos e sejam sujeitos a avaliações ambientais conjuntas, reforçando a transparência e a cooperação na gestão dos recursos hídricos partilhados.

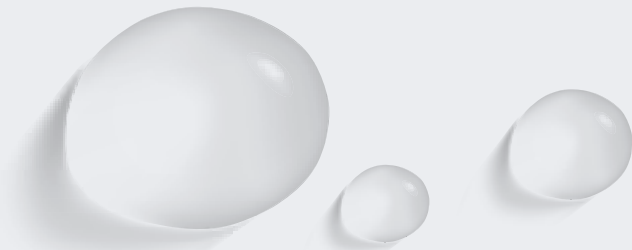
Estas negociações e acordos levaram a atualizações e mudanças concretas no regime de caudais dos rios Tejo e Guadiana:

Novos compromissos – Rio Tejo		
Aspeto	Regime anterior	Atualizações
Frequência do caudal Garante abastecimento para população e agricultura.	Caudais mínimos anuais, trimestrais e semanais.	Introdução de caudais mínimos diários (1hm³/dia em Cedilho).
Gestão de albufeiras Controlo partilhado dos caudais, minimizando secas.	Sem garantia de dias contínuos com caudal.	Compromisso para evitar dias sem caudal.
Objetivo ambiental Promove a redução da salinização do Tejo, de forma a proteger a biodiversidade e solos agrícolas.	Garantir o volume mínimo para usos sustentáveis.	Melhorar a regularidade do fluxo e proteger ecossistemas aquáticos.



Novos compromissos – Rio Guadiana		
Aspeto	Regime anterior	Atualizações
Frequência do caudal Abastecimento do Algarve via captação do Pomarão (30 hm³/ano).	Caudais diários mínimos (2 m³/s em Pomarão).	Regime mensal mínimo (ex: 45 hm³ em fevereiro).
Gestão ecológica associado à pesca e aos ecossistemas.	Sem regras específicas para o estuário.	Caudais para preservar espécies migradoras.
Captações em Alqueva Promove a gestão equitativa dos recursos e gera receitas financeiras.	Uso irregular por agricultores espanhóis.	Espanha paga pela água captada de acordo com as regras portuguesas.

A convenção de Albufeira traz benefícios importantes para Portugal, pois promove a cooperação com Espanha de forma a que seja possível fazer uma gestão sustentável das águas partilhadas, protegendo os ecossistemas e garantindo os caudais mínimos para o abastecimento e mitigação de secas e cheias.



8.3. Proposta para uma Estratégia Nacional para o Regadio – FENAREG

A proposta da FENAREG para a Estratégia Nacional para o Regadio, até 2050, deve-se à ausência de estratégia a longo prazo para o regadio, à necessidade de resposta às alterações climáticas, à pouca eficiência na gestão dos recursos hídricos em Portugal e à necessidade de responder às atuais necessidades do setor agrícola através da modernização do regadio. A coesão territorial é também uma componente onde o regadio impacta positivamente.

A estratégia foi fundamentada em documentos estruturantes como a Lei da água, o Plano Nacional da Água, os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas, o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, entre outros.

De forma mais detalhada e informativa, a estrutura da estratégia assenta em três grandes objetivos que deverão ser alcançados por um conjunto de ações englobadas nos Eixos de Desenvolvimento Estratégico.

Principais objetivos estratégicos

Área infraestruturada para regadio

Contribuir para o aumento da riqueza gerada pelas fileiras de base agrícola e florestal, através da expansão e modernização da área infraestruturada para regadio.

Coesão social e territorial

Contribuir para o desenvolvimento e coesão social e territorial do país, **promovendo a infraestruturação para o regadio** nas regiões mais desfavorecidas do interior do país.

Gestão dos recursos hídricos

Contribuir para o aumento da riqueza gerada pelas fileiras de base agrícola e florestal, através da expansão e modernização da área infraestruturada para regadio.

Os Eixos de Desenvolvimento Estratégico incluem desde a **expansão de áreas irrigadas e aumento do armazenamento de água** até à **certificação ambiental e revisão de modelos tarifários**, com metas claras para 2050, como a criação de 250.000 hectares de novos regadios e a modernização integral das infraestruturas.

A proposta da FENAREG para a **Estratégia Nacional para o Regadio, até 2050**, deve-se, entre outras razões, à ausência de estratégia a longo prazo para o regadio.



Eixos de Desenvolvimento Estratégico – Ações e Metas até 2050



Eixo de Desenvolvimento Estratégico	Ações	Meta até 2050
1. Aumento da capacidade de armazenamento de água	• Novas áreas de regadio público coletivo, priorizando zonas de elevada aptidão agrícola e regiões do interior.	• Armazenamento suficiente para compensar redução de afluências superficiais e garantir segurança hídrica.
2. Expansão da área infraestruturada para rega	• Estimular a coesão social e territorial, criar emprego e oportunidades para as populações. • Áreas que, por terem elevada aptidão para o regadio, garantem recuperação e rentabilidade dos capitais investidos.	• + 250.000 ha de regadio coletivo, metade dos quais nas regiões do interior.
3. Modernização das infraestruturas de rega	• Reconversão de sistemas de rega antigos (>50 anos) para tecnologias eficientes. • Reduzir perdas de água, garantir fornecimento de água com qualidade e reduzir os custos.	• 100% das infraestruturas públicas modernizadas (incluindo redução de perdas hídricas e energéticas).
4. Promoção de melhores práticas de rega	• Adoção de agricultura de precisão na gestão da rega. • Estimular a instalação de infraestruturas de energia renovável.	• Agricultura de precisão em pelo menos 50% da área regada; • Reconverter área regada para sistemas de rega mais eficientes.
5. Revisão de modelos tarifários e legislação	• Atualização de tarifários e contratos de concessão para maior equidade e transparência.	• Sistema tarifário eficiente e legislação adaptada à realidade do regadio moderno.
6. Promoção de práticas com maior sustentabilidade ambiental e social ao regadio	• Tornar elegíveis a 100% os apoios aos investimentos.	• 50% da área regada certificada como "exploração de regadio sustentável".
7. Compatibilização com ordenamento do território e conservação da natureza e biodiversidade	• Acordos de responsabilidade em áreas protegidas e revisão de instrumentos de planeamento territorial. • Estabelecer que áreas protegidas poderão ser beneficiadas pelos volumes de água para regadio. • Estabelecer pagamentos que compensem os agricultores que fiquem impedidos de regar.	• 100% das áreas regadas estejam abrangidas pelos Acordos de Responsabilidade, com os instrumentos de ordenamento do território.



09. Conclusões

Ao longo das últimas décadas, a análise da evolução do regadio em Portugal continental revela alterações significativas, tanto ao nível da SAU irrigável como da SAR. Embora nos últimos 30 anos se tenha verificado uma tendência de redução da SAU irrigável e regada, os dados mais recentes apontam para uma inversão desta tendência, destacando-se um crescimento notório, sobretudo na região do Alentejo.

O aumento da SAU irrigável, registado entre 2009 e 2019, ocorreu num contexto de diminuição do número de explorações com sistemas de rega (-73%), o que reflete uma reorganização das áreas irrigáveis, com uma maior concentração da área regada por exploração. É ainda observada uma aproximação entre os valores de SAU irrigável e a superfície regada, evidenciando uma maior adesão à oportunidade de regadio disponível.

As culturas permanentes, como o olival e a vinha, com destaque para a região do Alentejo e do Algarve, têm ganhado uma maior preponderância face às culturas temporárias, embora estas, nomeadamente os cereais para grão, continuem a ter uma expressão relevante. No que respeita à relação entre a área regada e a área total por cultura, destacam-se entre as culturas temporárias as hortícolas, flores e plantas ornamentais, e entre as permanentes os frutos subtropicais e os citrinos.

Ao analisar os diversos tipos de regadio em Portugal continental, o regadio público coletivo revela-se particularmente relevante na região do Algarve e do Alentejo, enquanto que o regadio privado assume maior importância nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo,

Norte e Centro. Embora seja menos expressivo, o regadio privado coletivo apresenta alguma representatividade na região Norte.

Um dado relevante para a análise do regadio em Portugal é a expressiva redução da dotação média de rega por hectare em 63%, resultado, em parte, da crescente adoção de métodos de rega mais eficientes, como a rega localizada, predominante nas culturas permanentes e com maior incidência nas regiões do Algarve e Alentejo.

Em Portugal continental, embora a maioria das explorações agrícolas opere em regime de sequeiro, a SAR encontra-se maioritariamente concentrada nas explorações exclusivamente de regadio. Apesar de em menor número, as explorações onde o regadio representa mais de metade da SAU destacam-se pelo seu elevado desempenho económico. Em particular, as explorações exclusivamente de regadio apresentam um VPP 3,4 vezes superior à média nacional e 5,5 vezes superior ao das explorações exclusivamente de sequeiro.

Em relação à situação atual que Portugal enfrenta ao nível dos desafios hidrológicos – como secas prolongadas, pressão sobre bacias hidrográficas e infraestruturas de regadio que necessitam de modernização para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos –, o novo acordo do regime de caudais dos rios Tejo e Guadiana na Convenção de Albufeira, a Estratégia Nacional para a Gestão da Água (“Água que Une”) e a Estratégia Nacional para o Regadio constituem uma resposta integrada e estratégica para enfrentar a escassez de água, proteger ecossistemas e garantir a resiliência hídrica.

AGRO MILLENNIUM

O Banco que **semeia as soluções** do futuro

Visite-nos na **Feira Nacional da Agricultura, em Santarém**, e descubra todas as soluções **Agro Millennium** para fazer crescer o seu negócio.

FNA25

7 A 15 DE JUNHO 2025

Saiba mais em **millenniumbcp.pt**
Banco Comercial Português, S.A. registado
no Banco de Portugal sob o número 33.

Millennium
bcp Empresas
aqui consigo

Reconhecimento da importância do regadio moderno na economia nacional

A expansão das áreas regadas está associada ao desenvolvimento de uma agricultura mais produtiva, modernizada e orientada para o mercado.

Enquadramento

O regadio assume um papel estratégico no setor agrícola português, não só pela sua influência direta na produção agrícola, como também pelo seu contributo significativo para a economia nacional, especialmente através da exportação de bens agroalimentares e do impacto positivo no Produto Interno Bruto (PIB). A expansão das áreas regadas tem estado associada ao desenvolvimento de uma agricultura mais produtiva, modernizada e orientada para o mercado, com reflexos económicos, sociais e ambientais de grande relevância.

Regadio como motor da produção agrícola

A Federação Nacional de Regantes de Portugal (FENAREG) e o Instituto Nacional de Estatística (INE) estimam que o regadio seja responsável por cerca de 65% do valor da produção agrícola nacional, apesar de representar apenas cerca de 16% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU). Esta estimativa baseia-se em dados e análises ao setor, e reflete a maior produtividade e valor acrescentado das culturas em regadio.

A diferença entre o peso da SAU e o valor económico gerado pelo regadio revela a elevada produtividade destas culturas. Frutas, hortícolas, arroz, milho, vinha e olival, com vários sistemas de produção, são exemplos de produções altamente dependentes da disponibilidade de água e com elevado valor comercial, tanto no mercado interno como nas exportações.

Os projetos de regadio coletivo públicos têm revolucionado o panorama agrícola do Alentejo, tornando vastas zonas outrora de sequeiro em áreas agrícolas de regadio altamente produtivas. Esta transformação permitiu o aumento da produção, a diversificação de culturas e a introdução de modelos agrícolas mais rentáveis e sustentáveis. A mesma alteração está a ocorrer em outras zonas do país, cujo regadio permite a existência de agricultura capaz de gerar riqueza e assim fixar população jovem e com nível de literacia média a superior.

Contributo para as exportações, para o PIB e para o emprego

O setor agroalimentar português tem vindo a afirmar-se como uma das principais componentes das exportações nacionais. Em 2023, as exportações de produtos agrícolas e agroalimentares superaram os 8 mil milhões de euros, representando aproximadamente 12% das exportações totais. Uma parte expressiva deste valor tem origem em culturas de regadio — azeite, vinho, frutas frescas (como frutos vermelhos e citrinos), hortícolas e arroz — cuja produção está ligada à disponibilidade hídrica e gestão eficiente da água.

O regadio proporciona estabilidade na produção, assegurando quantidade e qualidade mesmo em anos de precipitação irregular, independentemente do fenómeno das mudanças climáticas. Esta previsibilidade é essencial para que as empresas agroexportadoras possam cumprir contratos internacionais e consolidar a presença de Portugal nos mercados externos, particularmente na Europa e em mercados emergentes.

Segundo o portal PORDATA, embora a agricultura represente diretamente 1,7% do PIB nacional, a sua importância multiplica-se quando se consideram os efeitos na agroindústria, logística, tecnologias agrícolas, e serviços associados. O regadio, como impulsionador da produção de maior valor acrescentado, é essencial nesta cadeia de valor.

Do ponto de vista social, o regadio contribui para a fixação de populações em territórios de baixa densidade, combatendo o despo-

voamento, e criando emprego qualificado e permanente. Em comparação com a agricultura de sequeiro, mais vulnerável e sazonal, o regadio permite explorar o potencial produtivo do solo ao longo do ano, promovendo maior estabilidade económica nas zonas rurais.

Estimativas da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) apontam que o regadio tem um retorno económico cinco vezes superior ao da agricultura de sequeiro, e estudos demonstram que cada euro investido em regadio tem um efeito multiplicador considerável no desenvolvimento regional, fomentando a inovação, o empreendedorismo e a modernização das explorações agrícolas.

"Água que Une": promover uma gestão responsável

A estratégia "Água que Une" (Despacho n.º 7821/2024, de 16 de julho), promovida pelo Governo português, teve como objetivo reforçar a consciência sobre a importância da água, decorrente da tomada de consciência das fragilidades para ultrapassar as consequências nefastas das reiteradas situações graves de escassez hídrica registadas em Portugal. Esta iniciativa procurou envolver agricultores e outros setores económicos, gestores de água, decisores políticos e a sociedade civil numa visão comum: a água como recurso de união, desenvolvimento e sustentabilidade. A estratégia "Água que Une" representa um compromisso nacional para garantir uma gestão mais eficaz da água, gizada em três pilares (eficiência, resiliência e inteligência), conciliando as necessidades da população,

da agricultura e outros setores económicos, e do ambiente.

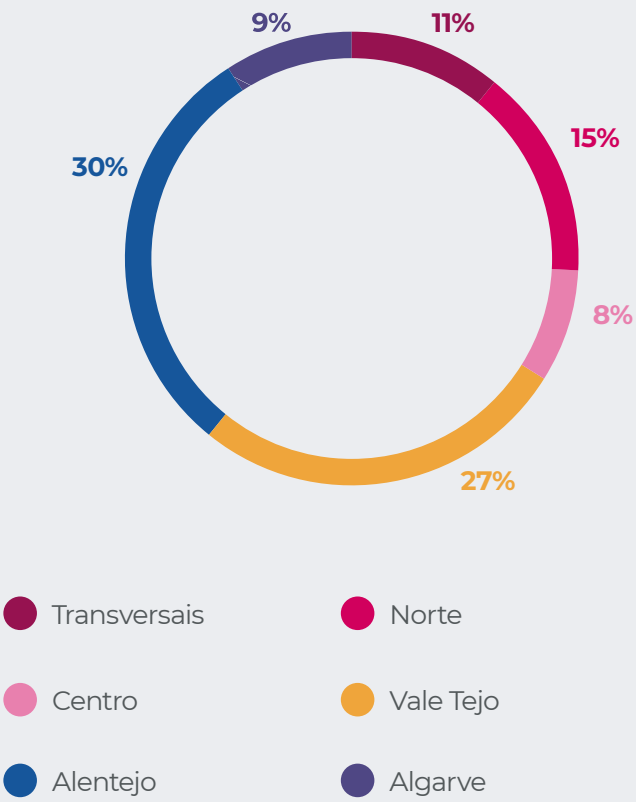
Esta estratégia utiliza uma abordagem multissetorial, propondo 294 medidas, sendo 88 do setor agrícola, distribuídas pelos três pilares, conforme apresentado abaixo. "Água que Une" recorda que o futuro da agricultura, da segurança alimentar e da coesão territorial depende de políticas públicas robustas e de uma sociedade comprometida com a gestão eficaz e sustentável dos recursos hídricos, o bem-estar da população e a viabilidade dos setores económicos.



N.º de medidas	
Transversais	10
Norte	13
Centro	7
Vale do Tejo	24
Alentejo	26
Algarve	8
Total	88



Estratégia multissetorial (%)



Do ponto de vista do regadio, é um sinal positivo e que reconhece a sua importância estratégica. No entanto, a chave estará na estratégia para a sua concretização, na capacidade de financiamento robusto e contínuo, e numa governação (planeamento e gestão), que envolva os utilizadores reais da água, especialmente os agricultores.

“Água que Une” foi a oportunidade para reavaliar os consumos de água associados à agricultura, evidenciando a necessidade de continuar a redução dos seus consumos, cujo valor foi cerca de 3100 hm³, decréscimo de 53%, desde 2002, segundo estimativas do INE e da DGADR.

Considerações finais e desafios futuros

O regadio enfrenta, atualmente, múltiplos desafios, entre os quais se destacam a escassez hídrica, a pressão ambiental e a necessidade de compatibilizar produtividade com sustentabilidade ambiental e económica. A adoção de sistemas de rega inteligentes, sensores de humidade, plataformas digitais e modelos de previsão meteorológica são hoje ferramentas indispensáveis para otimizar o uso da água. O Programa Nacional de Regadios e o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) procuram dar resposta a estas exigências, financiando a modernização de infraestruturas, a gestão patrimonial de infraestruturas de regadio, incluindo as barragens, a construção de novas origens de água (convencionais e outras, exigindo inovação), o aumento da eficiência hídrica e a resiliência das explorações agrícolas. Todavia, estas fontes de financiamento não são suficientes.

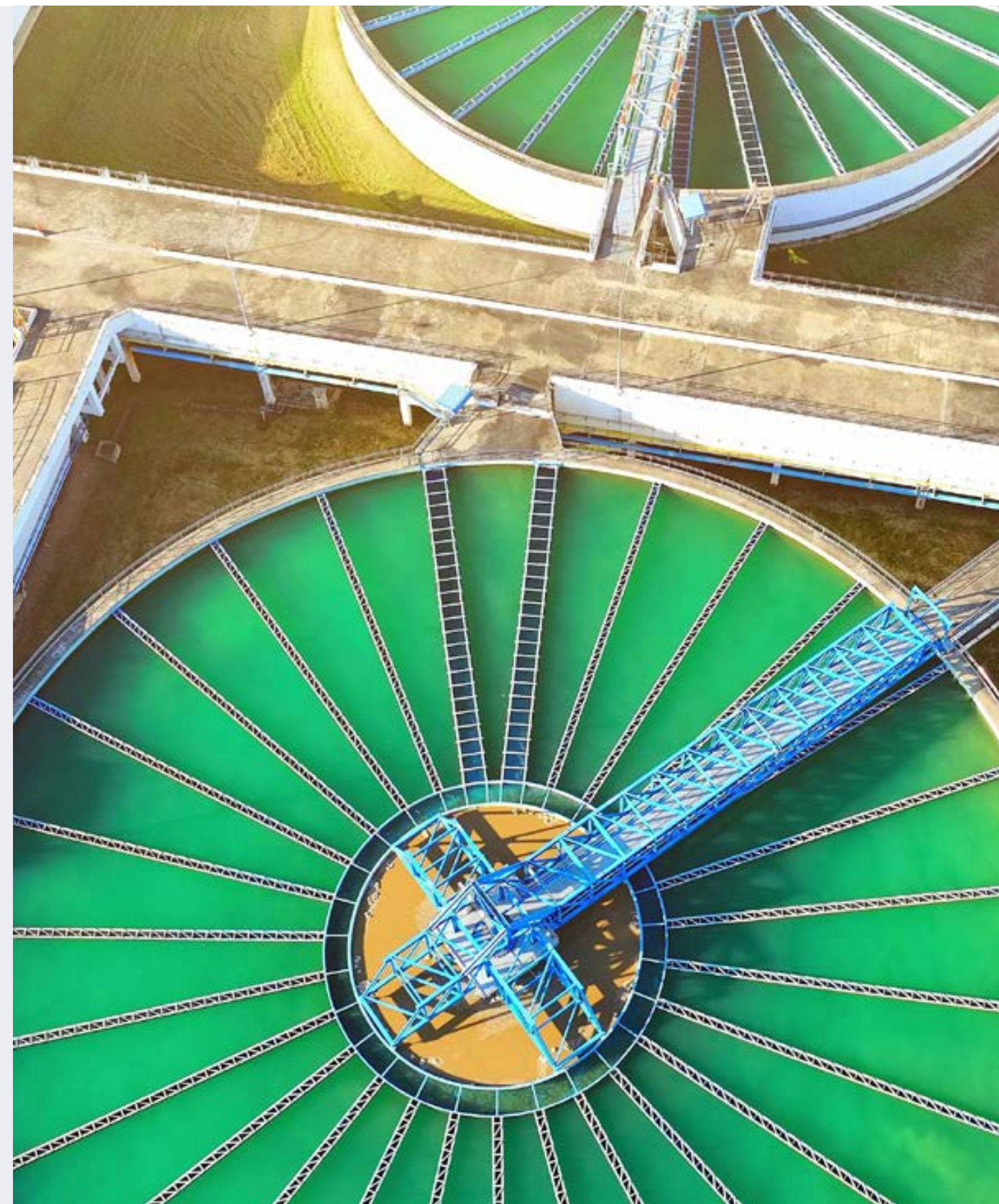
O regadio é, mais do que nunca, uma infraestrutura essencial para a agricultura portuguesa e para a economia do país. É um motor de produção, exportação, emprego e inovação. Iniciativas como “Água que Une”, lembram-nos que a água é um bem precioso, que deve ser gerido com inteligência, equidade e visão de futuro.

A aposta num regadio moderno (eficiente e sustentável) é estratégico para garantir a segurança alimentar, promover o desenvolvimento rural e afirmar Portugal no competitivo mercado global agroalimentar.

Esta estratégia poderá, igualmente, permitir aumentar o atual peso da agricultura no PIB (1,7%), podendo ambicionar atingir os valores de Itália (1,8%) ou, mesmo, de Espanha (2,3%), realidades com condições climáticas semelhantes.



Rogério Ferreira
Diretor Geral da DGADR
Direção-Geral de Agricultura
e Desenvolvimento Rural



O regadio em Portugal: desafios e oportunidades para a sua sustentabilidade

Para fazer face à procura crescente de água, a reutilização constitui uma origem complementar viável e sempre disponível, contribuindo para o seu uso sustentável.



No passado dia 19 de fevereiro, a Comissão Europeia apresentou uma Comunicação sobre a Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar, na qual propõe as principais linhas da política agroalimentar até 2040. Preconiza um setor agroalimentar resiliente e preparado para o futuro, que opere dentro dos limites do planeta. Salienta que a agricultura e o setor alimentar devem contribuir em conjunto para os objetivos climáticos da União Europeia (UE), promovendo simultaneamente solos saudáveis, água e ar limpos e a proteção e o restauro da biodiversidade europeia.

O documento reconhece que o número crescente de riscos, ameaças e incertezas exigem uma abordagem europeia ambiciosa de gestão dos riscos e das crises. Considera que uma agricultura da UE resiliente às alterações climáticas deve assentar em políticas adaptadas às necessidades locais, regionais e nacionais, através de práticas que ajustem as produções agrícolas locais às futuras condições climáticas.

Em Portugal, o regadio representa aproximadamente 75% do consumo total de água. Por outro lado, nos últimos 20 anos, a precipitação diminuiu cerca de 15% e prevê-se uma redução de mais 10 a 25% até ao final do século. Importa, por isso, reforçar o uso eficiente em todas as atividades, adaptar as atividades económicas às disponibilidades hídricas e criar um quadro de estável de abastecimento de água.

Para fazer face à procura crescente de água, a reutilização constitui uma origem complementar viável e sempre disponível, contribuindo para o uso sustentável dos recursos hídricos, na medida em que permite a manutenção de água no ambiente e a respetiva preservação para usos futuros, salvaguardando a utilização presente e a recuperação de nutrientes, em linha com os princípios da economia circular. A reutilização da água é, aliás, um exemplo do que pode constituir uma medida de adaptação às alterações climáticas prevista no Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), e uma boa prática de gestão da água, designadamente para fazer face ao aumento da frequência e intensidade de períodos de seca e de escassez de água, permitindo assim aumentar a resiliência dos sistemas. Será importante para incrementar o seu uso na agricultura, nomeadamente nas áreas com maior escassez hídrica, aplicar uma tarifa de baixo impacto nos custos de produção, seguindo aliás o exemplo do Chipre, podendo por exemplo ser subsidiada pelo Fundo Ambiental.

As medidas de eficiência hídrica constituem um dos pilares fundamentais da gestão da água na agricultura, pelo que a implementação de tecnologias avançadas de rega, tais como o gotejamento inteligente ou sistemas de aspersão automatizados por sensores de humidade, apresentam-se como estratégias fundamentais para alcançar as metas de eficiência hídrica neste setor. Portugal já

registou progressos significativos nesta área, especialmente em regiões como o Alentejo, Algarve e no perímetro do Tejo e Oeste, mas existe ainda um longo caminho a percorrer que urge implementar, antes de fomentar transferências entre bacias e a construção de novas barragens, que com os efeitos das alterações climáticas podem não trazer os benefícios esperados.

Outro aspeto essencial da gestão é o conhecimento efetivo dos volumes captados que devem ser reportados regularmente à autoridade nacional da água, que por sua vez deve desenvolver mecanismos que permitam o seu conhecimento, agregando os dados por massa de água e tornando os dados disponíveis a todos, promovendo a transparência e uma gestão mais efetiva das disponibilidades, nomeadamente em anos de maior escassez hídrica.

Outro fator essencial é a manutenção das infraestruturas de armazenamento associada ao aumento da eficiência nas redes de distribuição hídrica. A criação de redes integradas de gestão deverá ser complementada pela aplicação de tecnologias que permitam reduzir substancialmente as perdas que ainda ocorrem nos sistemas agrícolas e urbanos. A gestão de dados, através de tecnologias integradas com a inteligência artificial, potencia uma nova e mais abrangente visão dos sistemas, abrindo a possibilidade para uma gestão mais eficiente e sustentável dos sistemas de rega e dos próprios recursos hídricos.

A nível internacional, especialmente nas bacias hidrográficas partilhadas com Espanha, a gestão coordenada dos recursos hídricos permanece uma prioridade estratégica. Após 25 anos da Convenção de Albufeira, urge aprofundar a cooperação técnica e política para enfrentar de modo eficaz as consequências das mudanças climáticas, sobretudo na gestão de secas e eventos extremos.

A monitorização contínua da quantidade e qualidade da água é essencial para uma gestão hídrica eficaz e equilibrada, garantindo, simultaneamente, a conservação dos ecossistemas e a satisfação das necessidades socioeconómicas. Neste quadro, destaca-se a Estratégia Europeia de Resiliência Hídrica, em elaboração e com comunicação prevista para o início do verão de 2025. Esta estratégia pretende estabelecer um plano transectorial e plurianual abrangente com metas em 2030 ou 2040, visando a gestão adequada das origens de água e a redução ou eliminação da escassez hídrica (adaptando as necessidades às disponibilidades), bem como o reforço da competitividade e da capacidade de inovação do sector da água e adoção de uma abordagem de economia circular. Através de estratégias, como a promoção da reutilização, da circularidade hídrica, impulsionadas por investimentos em inovação tecnológica, com destaque na agricultura, setor com maior impacto no consumo de água, a UE visa a garantia da segurança da água, através da proteção e da recuperação dos ecossistemas aquáticos e de um equilíbrio justo entre a oferta

e a procura de água, que permita responder às necessidades atuais, com prioridade para o acesso da população à água potável e ao saneamento, sem comprometer os direitos das gerações futuras.

O regadio em Portugal enfrenta desafios complexos, mas também apresenta oportunidades valiosas. Assegurar um futuro sustentável e duradouro para os vários setores, especialmente a agricultura nacional, exige a implementação coordenada de políticas públicas que incentivem o uso racional e eficiente dos recursos hídricos, garantindo em simultâneo o atingir do bom estado das massas de água. Este esforço deve articular-se com o reforço da cooperação transfronteiriça, em linha com as estratégias da União Europeia, para as quais Portugal tem dado um contributo significativo.



José Pimenta Machado

Presidente do Conselho Diretivo da APA –
Agência Portuguesa do Ambiente

Temos de gastar mais água!

É necessário preparar os sistemas de abastecimento de água para os períodos de maior pressão sobre os recursos hídricos.



EDIA Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.

Portugal não tem falta de água. Num ano médio, do ponto de visto hidrológico, o país dispõe de mais de 50 mil hectómetros cúbicos (hm^3) e todos os consumos atingem cerca de 4300 hm^3 , menos de 9% da disponibilidade atual.

Temos, no entanto, de preparar os sistemas de abastecimento de água para os períodos de maior pressão sobre os recursos hídricos, quando a natureza dá muito menos e existem maiores necessidades.

Existe um alargado consenso científico sobre os efeitos das alterações climáticas na nossa região com uma redução da precipitação a reduzir a disponibilidade hídrica e o aumento da temperatura média a aumentar o consumo.

A agricultura é e será responsável pela maior parte do uso de água nas regiões mediterrânicas, onde o período seco coincide com o período mais quente. O regadio tem, nestas regiões, um papel preponderante na produção de alimentos uma vez que a natureza não abastece as plantas com água quando estas mais necessitam.

A estratégia "Água que Une", recentemente concluída, atualizou os dados das ocupações culturais presentes, projetou o crescimento das áreas regadas que estão em obra e fase avançada de projeto, considerou os efeitos das alterações climáticas sobre as necessidades das culturas e na redução das disponibilidades hídricas e ponderou ainda os efeitos das intervenções para melhoria da eficiência hídrica. Os valores ali apurados apontam, a partir de 2040 e em ano seco, para uma disponibilidade hídrica de cerca de 23.000 hm^3 e um consumo total de 5.900 hm^3 .

À primeira vista esta estratégia parece contrariar a tese popular que o país tem de poupar água a todo o custo, em todos os setores, ante a dramática redução das disponibilidades. No entanto, podemos verificar que a redução média das disponibilidades no cenário mais provável de alteração climática (RCP4.5) é de apenas 6% e a disponibilidade hídrica num ano seco já é hoje cerca de metade da de um ano médio.

O aumento da eficiência hídrica é a primeira prioridade abrangendo todos os setores de atividade, do edificado à agricultura, passando pela indústria, nos sistemas de água bruta ou tratada.

O aumento do consumo de água preconizado naquela estratégia está concentrado essencialmente no setor agrícola, porque sabemos que o regadio multiplica várias vezes o valor acrescentado bruto face ao sequeiro, mais de 6 vezes segundo as estatísticas nacionais. O emprego, as exportações e o desenvolvimento regional nas regiões com regadio é dramaticamente superior às regiões dominadas pelo sequeiro.

Estudos recentes da consultora EY, sobre a região de influência de Alqueva e no perímetro do Mira, reforçam esta realidade, mostrando a bondade do investimento público em sistemas de regadio coletivo eficiente e como este tem um efeito reprodutivo na economia da região. O projeto Alqueva, por exemplo, que representou um investimento público superior a 2.450 milhões de euros, mas já gerou receitas fiscais superiores a

3.000 milhões de euros, é responsável pela criação de riqueza na economia portuguesa de mais de 1300 milhões de euros anualmente e contribui com mais de 200 milhões de euros para o saldo da balança comercial.

As obras identificadas nesta estratégia são muitas, de diferentes naturezas e objetivos, passando pela reabilitação e modernização de sistemas ineficientes, aumento da capacidade de sistemas atuais e sua interligação para reforço da resiliência, até à construção de novos sistemas de armazenamento e distribuição de água, de grande e de pequena escala.

O esforço de investimento é significativo, aproximando-se dos 10.000 milhões de euros até 2040, abrangendo o sistema de fins múltiplos, de abastecimento público e industrial assim como de regadio coletivo, mas aqui sabemos que, para produzir mais alimentos e riqueza, temos de gastar mais água!



José Pedro Salema
Presidente da EDIA –
Empresa de Desenvolvimento
e Infraestruturas do Alqueva



De necessidade a imperativo estratégico para a resiliência nacional

Portugal precisa de uma estratégia nacional robusta para garantir a gestão eficiente e o armazenamento adequado da água.



A água é um dos recursos mais críticos para Portugal. No atual cenário geopolítico e no contexto climático, ambos cada vez mais desafiantes e em que os recursos naturais passaram a ser absolutamente essenciais e crescentemente estratégicos para a segurança alimentar, para a coesão e defesa territoriais, impõe-se uma ação imediata: Portugal precisa de uma estratégia nacional robusta para garantir a gestão eficiente e o armazenamento adequado da água.

Desde 2019, que a Federação Nacional de Regantes de Portugal (FENAREG) tem vindo a identificar e a alertar para as necessidades e desafios que o setor do regadio enfrenta. Mais do que expor problemas, temos procurado apresentar soluções realistas e eficazes, que estão reunidas no nosso contributo para uma **Estratégia Nacional para o Regadio**.

Nos últimos anos, os recursos hídricos nacionais têm estado sob crescente pressão, com períodos de seca mais longos e mais intensos. As atuais albufeiras conseguem armazenar apenas cerca de 20% das afluências médias anuais que se registam no nosso país, o que significa que 80% da água disponível escoia para o mar, sem qualquer aproveitamento. Este cenário é preocupante e insustentável. Precisamos de reforçar, urgentemente, a nossa capacidade de resiliência hídrica.



Eficiência hídrica tornou-se um imperativo

Muitas das infraestruturas de regadio público em Portugal têm mais de quatro décadas de existência e estão a operar com níveis de perdas de água inadmissíveis (de cerca 40%), quando os sistemas modernos reduzem as perdas para valores próximos de 10% – um contraste gritante entre o que temos e o que poderíamos ter e que sublinha a urgência de modernizarmos e reabilitarmos os nossos atuais sistemas. Porém, a solução deste problema não passa apenas por renovar o que existe. É igualmente essencial aumentarmos a capacidade de reserva estratégica da água e construirmos uma **rede hídrica nacional interligada**, que garanta o fornecimento de água a todos os usos, e não apenas à agricultura.

A FENAREG tem defendido, de forma clara, a solução de **construção de novas infraestruturas de armazenamento**, como as barragens do Alvito (no rio Ocreza), do Pisão-Crato (na bacia do Tejo), da Foupana e de Alportel (no Algarve) – estas últimas cruciais para aliviar a sobrecarga nos aquíferos, e também de Girabolhos (no Mondego). Defendemos ainda a elevação de barragens em zonas com elevada afluência hídrica, como Luceférit, Idanha, Montargil ou Maranhão.

Outro ponto que consideramos central é a revisão dos títulos de utilização da água, permitindo a sua atualização para múltiplos fins. Uma solução que cada vez se impõe mais. As **interligações entre reservatórios** são igualmente vitais para assegurar uma gestão flexível e adaptada à água disponível. Projetos como a ligação do Tejo ao Guadiana, a conexão entre Alqueva e as bacias do Sado e Mira, ou a captação no Pomarão, para reforço do Algarve, ilustram uma parte do potencial que pode ter uma rede hídrica integrada e coesa.

A **modernização dos sistemas de rega**, bem como a expansão das áreas regadas em regiões mais desfavorecidas, são essenciais não só para a agricultura, mas também para a coesão económica e social do território.

Resiliência hídrica exige investimento de mais de 2 mil milhões de euros para ser uma realidade

Estimamos que o investimento necessário para atingir a resiliência hídrica até 2030 ultrapassa os 2 mil milhões de euros. Este valor é muito superior ao que está atualmente previsto no orçamento público, tornando essencial mobilizar diversas fontes de financiamento complementares; nomeadamente: PRR, FEADER, BEI, Fundo de Coesão, FEDER e Fundo Ambiental.

É imprescindível que a **Estratégia “Água que Une”**, recentemente em consulta pública, integre estas prioridades e propostas, tal como consta no estudo da FENAREG, de **Orientação para o Financiamento do Regadio Público em Portugal**, atualizado em novembro de 2024.

A estabilidade governativa e a continuidade das políticas públicas são determinantes para que esta estratégia se concretize. Apelamos a que se faça um esforço e se trabalhe no sentido de chegarmos a um consenso político alargado que permita a implementação efetiva do plano, assegurando a resiliência hídrica de que o país tanto necessita.

Neste contexto, é igualmente urgente assegurar maior transparência e clareza nos acordos da **Convenção de Albufeira**, que regula os caudais partilhados entre Portugal e Espanha. A gestão das bacias hidrográficas internacionais deve ser orientada por princípios de equidade, corresponsabilidade e benefício mútuo. É essencial que sejam tornadas públicas as contrapartidas associadas e que se promova uma governação justa dos caudais transfronteiriços, garantindo que os interesses estratégicos nacionais, nomeadamente os ligados à agricultura, ao abastecimento urbano e à conservação ambiental, estão devidamente salvaguardados.

Estratégia “Água que Une”, uma transformação decisiva que precisa passar do papel à ação

O setor agrícola reconhece o valor da **Estratégia “Água que Une”**, mas insiste na importância de garantir que os objetivos estratégicos tenham tradução prática: com ações definidas, prioridades claras, cronogramas objetivos e instrumentos de monitorização eficazes.

Com uma articulação eficaz entre os vários Ministérios, será possível avançar com políticas que assegurem a água para os nossos agricultores e que fomentem o desenvolvimento das zonas mais frágeis, reduzam os impactos das alterações climáticas e reforcem a qualidade da água e dos ecossistemas aquáticos, promovendo uma maior sustentabilidade.

Não podemos permitir a inação, porque esta terá custos elevadíssimos para o país, não apenas no curto/médio prazo como também no longo prazo. A escassez dos investimentos em infraestruturas hídricas, que se arrasta há quase meio século em Portugal, aliada à ausência de soluções eficazes de armazenamento e de distribuição, terá impactos graves para a sociedade portuguesa como um todo, desde a produção agrícola, ao aumento dos custos de produção e à criação de riscos crescentes e significativos na segurança alimentar nacional.

É preciso que fique claro, de uma forma definitiva, que o tema da gestão da água é muito mais do que uma mera questão agrícola. Trata-se de um fator de equilíbrio social, de defesa, de desenvolvimento económico e territorial, de proteção ambiental e de adaptação climática.

Portugal não pode continuar a adiar decisões estruturantes. O momento de agir é agora. A água é, e deve ser, tratada como um recurso estratégico desde já – porque nela reside a base da nossa resiliência, do nosso desenvolvimento, da nossa segurança e do nosso futuro enquanto país e sociedade.



José Nuncio
Presidente da Federação Nacional de Regantes de Portugal

Legenda:
PRR – Plano de Recuperação e Resiliência | FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
BEI – Banco Europeu de Investimento | FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

LINHAS DE CRÉDITO IFAP CURTO PRAZO

O Crédito de Campanha para a sua produção

Saiba mais em millenniumbcp.pt
Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas

2025: Uma Ovibeja multifacetada no Banco Oficial do melhor que se faz na agricultura

Na edição de 2025, o Millennium bcp, enquanto **Banco Oficial da Ovibeja**, teve a maior presença de sempre. Ampliando a atuação do ano anterior, o Millennium bcp assinalou o compromisso com o setor primário, procurando reforçar a relação de proximidade com os Clientes, enfatizando o alcance da sua marca, assim como de acompanhamento junto dos não clientes.

Durante cinco dias, entre 30 de abril e 4 de maio, foram desenvolvidas um conjunto diversificado de atividades, **mobilizando as nossas Equipas e os Parceiros para proporcionar uma experiência diferenciada aos Clientes e aos visitantes da Ovibeja.**

Garantimos aos nossos Clientes a possibilidade de usufruir plenamente do *stand* **Millennium**, **localizado no Pavilhão Institucional**, onde diariamente foi possível contar com empresas convidadas que aqui expuseram o melhor que fazem e produzem no setor agroalimentar, e onde **acolhemos centenas de visitantes.**

Em paralelo, **na avenida principal do parque de exposições Manuel Castro e Brito, o Banco disponibilizou um outro *stand*, o Espaço Millennium**, onde se encontrava instalada uma ATM, inserido numa tenda multifunções, capaz de albergar a realização de provas de vinhos, espumantes e azeites, mesas-redondas temáticas, reuniões de negócios, encontros com empresários nacionais e internacionais e colóquios dedicados à atividade vitivinícola, empresarial e institucional.

O espaço exterior, facilmente identificado com um pórtico do Millennium, contemplava ainda um **Circuito de Tratores Infantis**, para usufruto das famílias e das crianças, contribuindo decisivamente para um balanço muito positivo da dinâmica introduzida neste espaço híbrido que, importa sublinhar, muito beneficiou da parceria permanente com o **NERBE-AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral.**

Com um agradecimento à organização do evento, a Associação de Agricultores do Sul (ACOS), e cultivando o espírito de fazer a Ovibeja com "Todo o Alentejo deste Mundo", aqui reafirmamos a ambição de **ser o Banco Oficial do Melhor que se faz na Agricultura.**







Ovibeja: Muito mais do que "Todo o Alentejo deste Mundo"

O auditório da Associação de Agricultores do Sul (ACOS), em pleno parque de exposições Manuel Castro e Brito, acolheu o colóquio promovido, conjuntamente, pelo Millennium bcp e pela Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA), dedicado ao **"Desafio da sustentabilidade para a agricultura portuguesa"**.

No decurso dos trabalhos, foi possível contar com a contribuição de várias personalidades, reconhecidas como especialistas na matéria, designadamente de José Macário Correia e José Pedro Salema, Presidente da Associação de Regantes do Sotavento Algarvio e o Presidente da EDIA, respetivamente, nas intervenções iniciais, assim com as intervenções de Duarte Cordeiro, ex-ministro do Ambiente e da Ação Climática, e de José Fernando Figueiredo, ex-Chairman da Agrogarante.

A moderação de António Parreira, vice-presidente da Associação de Agricultores do Sul (ACOS), e de Catarina Pinto Correia, sócia da Vieira de Almeida, deram o justo equilíbrio ao lançamento dos temas debatidos por Francisco Gomes da Silva, da AGROGES, e de Sofia Santos, CEO na Systemic. O encerramento deste evento foi assegurado pelo Vice-presidente da Comissão Executiva do Millennium bcp, João Nuno Palma.

Dedicada ao lema "+AGRICULTURA + FUTURO", também no Pavilhão Institucional foi possível acompanhar a vibração desta edição da Ovibeja, quer fosse com visitantes anónimos ou institucionais.

Apesar da chuva que se fez sentir, de acordo com a organização, a feira recebeu mais de 100 mil visitantes, tendo promovido reflexões sobre o futuro da agricultura, com eventos para todos os públicos, reforçando o seu cariz enquanto evento de resiliência, inovação e construção de pontes entre gerações, empresas e *stakeholders*.



Abolsamia e Millennium bcp promovem mesa-redonda dedicada à aquisição de máquinas agrícolas

O financiamento de máquinas agrícolas foi o tema escolhido pela revista especializada Abolsamia para a realização de uma mesa-redonda, em colaboração com o Millennium bcp, nesta edição de 2025 na Ovibeja.

Apesar da manhã chuvosa, o Espaço Millennium acolheu um conjunto significativo de participantes, reunindo marcas, especialistas e responsáveis financeiros, num debate, participado e estimulante, sobre os desafios enfrentados nesta nova era onde a sustentabilidade é determinante, quer seja na produção e transformação de bens agrícolas, quer seja no desempenho individual das empresas e dos agentes financeiros.

Américo Brás Colaço, Diretor Regional de Negócios para o sul de Portugal, participou e interveio no evento em representação do Millennium bcp.

Créditos: abolsamia





PORTUGAL 2030

“Ir com tudo”

É agora. Passe
das palavras à ação.



Conte com o Millennium na candidatura
ao Portugal 2030 e aumente a competitividade,
inovação e sustentabilidade da sua empresa.

Saiba mais em millenniumbcp.pt
Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas

Faça a Simulação do seu apoio no Millennium

Antecipe as AJUDAS do Pedido Único (PU 2025)

PU 2025



O Ministério da Agricultura e Pescas, através do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP), alargou para 12 de junho o registo das candidaturas ao Pedido Único das Ajudas para o ano 2025 (PU 2025). Esta data corresponde ao último dia para o registo, embora seja sujeito a penalização.

No Millennium bcp, desenvolvemos um Simulador para fazer o cálculo das suas Ajudas e temos Protocolos com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), que podem aconselhá-lo, certificando qual o montante aproximado a receber.

Aproveite esta oportunidade e domicilie as suas Ajudas numa conta aberta junto do Millennium bcp. Fazemos a antecipação dos seus pagamentos e apoiamos a tesouraria da sua exploração.

Calendário do IFAP para o Pedido Único das Ajudas para 2025 (PU 2025) é o que se apresenta na tabela ao lado.

FORMULÁRIOS	INÍCIO	FIM
Pedido Único (sem penalização)	17.02.2025	06.06.2025
Pedido Único (com penalização)	07.06.2025	12.06.2025 (18h)
Transferências de Direitos e Compromissos	17.02.2025	12.06.2025 (18h)
Pedido Único – Alterações/Correções por SVC/CAD	25.08.2025	12.09.2025

É importante manter a informação atualizada nas bases de dados do IFAP, pelo que é aconselhável a verificação antecipada sobre a informação de Beneficiário (IB) e da sua Exploração, nomeadamente as suas parcelas (SIP) e os seus animais (SNIRA), se aplicável.

Para esclarecimento de qualquer dúvida, poderá contactar com o IFAP, através do endereço de e-mail: ifap@ifap.pt

LEASING MOBILIÁRIO

**A economia Portuguesa
conta consigo, saiba
que pode contar
connosco.**

Leasing Equipamentos é no Millennium bcp.

O investimento das PME é a base de crescimento da economia nacional. E por esse motivo, queremos que saiba que dispomos das soluções adequadas à continuidade do negócio e incremento de competitividade.

O Leasing é uma excelente alternativa à aquisição de equipamentos necessários à atividade.

Millennium
bcp Empresas

A informação contida nesta newsletter tem caráter meramente informativo e particular, sendo divulgada aos seus destinatários como mera ferramenta auxiliar, não devendo nem podendo desencadear ou justificar qualquer ação ou omissão, nem sustentar qualquer operação, nem ainda substituir qualquer julgamento próprio dos seus destinatários, sendo estes, por isso, inteiramente responsáveis pelos atos e omissões que pratiquem. Assim, e apesar de considerar que o conjunto de informações contidas nesta newsletter foi obtido junto de fontes consideradas fiáveis, nada obsta que aquelas possam, a qualquer momento e sem aviso prévio, ser alteradas pelo Banco Comercial Português, S.A. (“Millennium bcp”). As perspetivas e tendências indicadas nesta newsletter correspondem a declarações relativas ao futuro baseadas numa multiplicidade de pressupostos e, como tal, envolvem riscos, incertezas e outros fatores que poderão determinar que os resultados efetivos, desempenho ou a concretização de objetivos ou resultados do setor sejam substancialmente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente desta newsletter. Por conseguinte, não pode, nem deve, pois, o Millennium bcp garantir a exatidão, veracidade, validade e atualidade do conteúdo informativo que compõe esta newsletter, pelo que a mesma deverá ser sempre devidamente analisada, avaliada e atestada pelos respetivos destinatários. Neste sentido, o Millennium bcp não assume a responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos resultantes, direta ou indiretamente, da utilização da informação referida nesta newsletter, independentemente da forma ou natureza que possam vir a revestir. A reprodução desta newsletter não é permitida sem autorização prévia.



91 850 45 04 • 93 050 45 04 • 96 150 41 26 (chamada para rede móvel nacional) • + 351 21 004 24 24
(chamada para rede fixa nacional) • Atendimento personalizado disponível todos os dias das 08h às 22h, hora de Portugal Continental.
O custo das comunicações depende do tarifário acordado com o seu operador. Banco Comercial Português, S.A.; Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto;
Capital Social: 3.000.000.000 euros; Número único de matrícula e de identificação fiscal: 501525882 (Conservatória do Registo Comercial do Porto).